



DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VI • nº 1178 • Campo Grande – MS • quinta-feira • 26 de novembro de 2015

48 páginas



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2014-2016

Procurador-Geral de Justiça

Humberto de Matos Brittes

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica

Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

João Albino Cardoso Filho

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

Paulo Cezar dos Passos

Corregedor-Geral do Ministério Público

Mauri Valentim Riciotti

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

Antonio Siufi Neto

Ouvidor do Ministério Público

Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**

Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**

Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**

Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**

Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**

Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**

Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**

Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**

Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**

Procurador de Justiça **Belmiro Soares Ribeiro**

Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**

Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**

Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**

Procurador de Justiça **Paulo Alberto de Oliveira**

Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**

Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**

Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**

Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**

Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça **Adhemar Mombrun de Carvalho Neto**

Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**

Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**

Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**

Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**

Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**

Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

Procuradora de Justiça **Jaceguara Dantas da Silva Passos**

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-8990 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretária-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2055 | dompms@mpms.mp.br

SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	2
Conselho Superior	3
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	40
Secretaria-Geral.....	40
Comissão Permanente de Licitação	41
Secretaria de Administração	41
Editais das Promotorias de Justiça.....	44

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Inocência, **Andréa de Souza Resende**, para, sem prejuízo de suas funções, realizar audiências na 2ª Vara Criminal da comarca de Três Lagoas no dia 26.11.2015 Portaria nº 2609/2015-PGJ, de 25.11.2015).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça aposentado **Guilherme Ferreira Dutra Junior** a isenção do desconto do Imposto de Renda Retido na Fonte e a redução do cálculo de contribuição para o Regime de Previdência Social do Estado de Mato Grosso do Sul – MSPREV, nos termos do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22.12.1988, e inciso V do artigo 20 da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/2708/2015) (Port. nº 2581/2015-PGJ, de 23.11.2015).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a **Flavio Cesar de Pauli**, nomeado por meio da Portaria nº 2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, publicada no DOMP. nº 1155, de 22.10.2015, para exercer em caráter efetivo o cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, a prorrogação de posse, por mais trinta dias, a partir de 21 de novembro de 2015, nos termos do

artigo 19, § 1º, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 2568/2015-PGJ, de 23.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a Raiane Santos Arteman, nomeada por meio da Portaria nº 2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, publicada no DOMP. nº 1155, de 22.10.2015, para exercer em caráter efetivo o cargo de Analista, área de atividade Direito, a prorrogação de posse, por mais trinta dias, a partir de 21 de novembro de 2015, nos termos do artigo 19, § 1º, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Port. nº 2569/2015-PGJ, de 23.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar pública a relação dos candidatos aprovados no V Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio da Portaria nº 1028/2013-PGJ, de 31.7.2013, publicada no DOMP nº 637, de 2.8.2013, que manifestaram opção de desistência temporária da vaga dos cargos, nos termos do item 14.15.1 do Edital nº 001/2012 – CCQSMPMS, de 26.11.2012, renunciando a sua classificação e sendo posicionados em último lugar na lista dos aprovados (Port. nº 2582/2015-PGJ, de 23.11.2015):

CARGO ANALISTA – SÍMBOLO MPAN-101			
ÁREA DE ATIVIDADE	NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.	PORTARIA DE NOMEAÇÃO E DOMP Nº
ENGENHARIA SANITÁRIA	TEOFILO PEREIRA FONSECA	2º	2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, DOMP nº 1155, de 22.10.2015
CARGO TÉCNICO I – SÍMBOLO MPTE-201			
ÁREA DE ATIVIDADE	NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.	PORTARIA DE NOMEAÇÃO E DOMP Nº
ADMINISTRATIVA	THAÍS VANESSA FONSECA ZANETTI	118º	2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, DOMP nº 1155, de 22.10.2015
ADMINISTRATIVA	CLAUDIO HENRIQUE PENEDO DE PINHO	119º	
ADMINISTRATIVA	ADRIANA PAULA NANTES NASCIMENTO	123º	
ADMINISTRATIVA	ALEXSANDRA RAMIREZ DA COSTA	127º	
ADMINISTRATIVA	RODRIGO MARTINS DE QUEVEDO	128º	
ADMINISTRATIVA	MARCELLE SILVA DO NASCIMENTO	130º	
ADMINISTRATIVA	PATRICIA ALCANTARA DE ALMEIDA	134º	

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar a decadência do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no V Concurso Público de Provas para Ingresso na Carreira do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio da Portaria nº 1028/2013-PGJ, de 31.7.2013, publicada no

DOMP nº 637, de 2.8.2013 (Port. nº 2583/2015-PGJ, de 23.11.2015).

CARGO ANALISTA – SÍMBOLO MPAN-101			
ÁREA DE ATIVIDADE	NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.	PORTARIA DE NOMEAÇÃO E DOMP Nº
DIREITO	DAIANE MARILYN VAZ	14º	2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, DOMP nº 1155, de 22.10.2015
CARGO TÉCNICO I – SÍMBOLO MPTE-201			
ÁREA DE ATIVIDADE	NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.	PORTARIA DE NOMEAÇÃO E DOMP Nº
ADMINISTRATIVA	DANIELLE BORSETTI BORGES LOURENCO	113º	2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, DOMP nº 1155, de 22.10.2015
ADMINISTRATIVA	ANA CAROLINA MASTRANGELI	116º	
ADMINISTRATIVA	DANIEL GONÇALVES DA SILVA TOMAZELLI	120º	
ADMINISTRATIVA	JAQUELINE MIRANDA DE MORAES	121º	
ADMINISTRATIVA	DOUGLAS RODRIGUES DE ABREU	122º	
ADMINISTRATIVA	ROBERTA FERREIRA GOEDERT	131º	
ADMINISTRATIVA	INACIO DOMINGOS DE SOUZA	136º	
ADMINISTRATIVA	GEOVANE ROCHA BATISTA	138º	

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem feito a Portaria nº 2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, publicada no DOMP nº 1155, de 22.10.2015, na parte que nomeou a candidata aprovada no cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, **Maria Isabelli Monteiro de Oliveira**, classificada em 133º na lista de classificação geral, tendo em vista haver sido nomeada para o mesmo cargo, na Lista Especial – Reserva de Vagas/Negros, classificada em 8º lugar (Port. nº 2584/2015-PGJ, de 23.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem feito a Portaria nº 2339/2015-PGJ, de 21.10.2015, publicada no DOMP nº 1155, de 22.10.2015, na parte que nomeou a candidata aprovada no cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, **Lygia Mara Rosa da Silva Moraes**, classificada em 135º na lista de classificação geral, tendo em vista haver sido nomeada para o mesmo cargo, na Lista Especial – Reserva de Vagas/Negros, classificada em 9º lugar (Port. nº 2585/2015-PGJ, de 23.11.2015).

(a) Humberto de Matos Brittes

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativa

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº

007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder à servidora **Renata Patricia Souza Monteiro Mendes**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para tratamento de saúde, no período de 18 a 25.11.2015, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 2598/2015-PGJ, de 24.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Carlos Augusto Bispo de Oliveira**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 19.11.2015; e de 20 a 24.11.2015, em prorrogação; nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 2599/2015-PGJ, de 24.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder ao servidor **Marcos Neves Papi**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para tratamento de saúde, no período de 5 a 19.11.2015, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 (Port. nº 2600/2015-PGJ, de 24.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder à servidora **Lucia Stein Basso**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para tratamento de saúde, no período de 9.11 a 8.12.2015, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda c/c a alínea “c”

do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Port. nº 2601/2015-PGJ, de 24.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Conceder à servidora **Regina Célia de Araújo Silva**, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, licença para tratamento de saúde, no período de 13.11.2015 a 11.1.2016, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda c/c a alínea “d” do inciso II do artigo 19 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Port. nº 2602/2015-PGJ, de 24.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Suspender, por necessidade de serviço, a partir do dia 24.11.2015, as férias do servidor **Luís Augusto Degani de Oliveira Rodrigues**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio da Portaria nº 2364/2015-PGJ, de 23.10.2015 (Port. nº 2605/2015-PGJ, de 24.11.2015).

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

RESOLVE:

Suspender, por necessidade de serviço, no período de 1º a 4.12.2015, as férias da servidora **Anna Carolinne de Freitas Silva**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio da Portaria nº 2490/2015-PGJ, de 12.11.2015 (Port. nº 2606/2015-PGJ, de 24.11.2015).

(a) **João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2015.

1. Ordem do dia:

1.1. Matéria Administrativa:

1.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação: Portaria nº 2400/2015-PGJ, de 29.10.2015. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, os Promotores de Justiça de Campo Grande, **Thalys Franklyn de Souza** e **Tiago Di Giulio Freire**, para, com prejuízo de suas funções, sob a coordenação do primeiro, comporem força-tarefa, para atuação nos procedimentos em tramitação na 29ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, bem como naqueles que vierem a ser instaurados, decorrentes de fatos mencionados na denominada operação *Lama Asfáltica*, pelo período de um ano; e revogar as Portarias nº 1646/2015-PGJ, de 31.7.2015, na parte que designou os referidos Promotores de Justiça, e nº 1332/2015-PGJ, de 19.6.2015, que agregou o segundo ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho referendou a Portaria acima referida.

1.1.2. Julgamento de Processo:

1. Processo PGJ/10/1966/2015 (apenso PGJ/10/2725/2015).

Requerente: Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público - ASMMP.

Assunto: Concessão de licença para frequência de curso sem afastamento das funções.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

Deliberação: Retirado de pauta a pedido da Relatora, que, ainda sugeriu que fosse nomeada uma Comissão para estudos e elaboração de uma nova Resolução de Licença para frequência de curso. O Conselho, à unanimidade, acatou a sugestão da Relatora e deliberou pela indicação dos Conselheiros Gilberto Robalinho da Silva, Luís Alberto Safrainer, Corregedor-Geral, Mauri Valentim Riciotti e pela Relatora, Ariadne de Fátima Cantú da Silva para comporem a referida comissão.

1.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

1.2.1. Processos com pedido de vista:

1. Inquérito Civil nº 38/2014.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jamal Mohamed Salem

Assunto: Apurar eventual irregularidade na suposta suspensão de sindicâncias em trâmite junto a Secretaria Municipal de Saúde Pública, praticada em tese pelo Secretário Jamal Mohamed Salem.

Relator Conselheiro Hudson Shiguer Kinashi.

Voto-Vista Corregedor-Geral Mauri Valentim Riciotti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA SUPOSTA SUSPENSÃO DE SINDICÂNCIA EM TRÂMITE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PÚBLICA, PRATICADA EM TESE PELO SECRETÁRIO JAMAL MOHAMED SALEM - REPRESENTAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - SINDICÂNCIAS FORAM APENAS INTERROMPIDAS PARA ANÁLISE - APRESENTADA A PLANILHA COM O ANDAMENTO DAS SINDICÂNCIAS - ELABORADA RECOMENDAÇÃO N. 003/2014/31ªPJ - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ENCAMINHOU A RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE SINDICÂNCIAS CONCLUÍDOS - RECOMENDAÇÃO FOI CUMPRIDA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - NÃO FICOU CONFIGURADA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tendo sido comprovado nos autos, através das diligências requisitadas pelo Parquet Estadual, que a Recomendação n. 003/2014/31ªPJ foi devidamente cumprida pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, pois deu ciência ao órgão responsável pela apuração das sindicâncias, qual seja o Departamento de Recursos Humanos/SESAU. Além de ter encaminhado a relação dos processos de sindicância concluídos. Restando evidente a perda do objeto, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: á unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 46/2014.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa ocorrido, em tese, na Agência de Saúde do município de Campo Grande - AGESAU, no que concerne a antecipação da ordem de pagamento de precatórios.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

Voto-Vista Corregedor-Geral Mauri Valentim Riciotti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – AGÊNCIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – ANTECIPAÇÃO DA ORDEM DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE CONDUTA DOLOSA – IMPROBIDADE NÃO CARACTERIZADA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa ocorrido, em tese, na Agência de Saúde do município de Campo Grande – AGESAU, no que concerne a antecipação da ordem de pagamento de precatórios. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado pelo Procurador Geral do Município de Campo Grande que os

precatórios foram pagos por meio de requisição de pequeno valor devido a erro administrativo, ou seja, mero equívoco na determinação do pagamento, não verificada a existência de dolo, má-fé ou dissimulação nos atos praticados pelos servidores envolvidos. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 57/2014.

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta invasão de áreas públicas em Campo Grande, notadamente no bairro Moreninha III e bairro Vila Cidade Morena.

Relatora Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva.

Voto-Vista Corregedor-Geral Mauri Valentim Riciotti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – SUPOSTA INVASÃO DE ÁREAS PÚBLICAS – CONSTATAÇÃO DE QUE SE TRATA DE ÁREAS PARTICULARES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar suposta invasão de áreas públicas neste município de Campo Grande/MS, notadamente no Bairro Moreninha III e Bairro Vila Cidade Morena. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido constatado que as áreas invadidas apontadas na denúncia não são públicas, conforme informações prestadas pelo Município de Campo Grande à f. 29. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

1.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

1.2.2.1 CONSELHEIRO – RELATOR HUDSON SHIGUER KINASHI:

1. Procedimento Preparatório nº 8/2015.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O Município

Assunto: Apurar a regularidade da doação de imóveis públicos municipais, autorizada pela Lei Municipal n.º 900/14, publicada no Diário Oficial do Município de Inocência em 05 de Dezembro de 2014.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR A REGULARIDADES DE DOAÇÃO DE TERRENOS MUNICIPAIS PARA PARTICULARES A FIM DE INSTALAR E EXPANDIR EMPRESAS NO MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA E FOMENTAR O SEU POLO INDUSTRIAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – EXECUTIVO MUNICIPAL PRESTOU ESCLARECIMENTOS – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – HOUVE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – HOUVE AVALIAÇÃO PRÉVIA

DOS TERRENOS – PARECER JURÍDICO IDENTIFICOU INTERESSE PÚBLICO – LEI Nº 900/2014 AUTORIZOU DOAÇÕES DE LOTES E DE TERRENOS URBANOS – TERMO DE AFORAMENTO CONTÉM OS ENCARGOS E AS POSSIBILIDADES DE REVERSÃO DO BEM AO DOADOR – EXISTÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tendo sido comprovado nos autos, que diante das informações prestadas pela Prefeitura Municipal de Inocência não foram constatadas irregularidades, visto que, as doações obedeceram aos requisitos legais exigidos. Houve autorização legislativa através da Lei nº 900/2014. Uma comissão especial realizou a avaliação prévia dos terrenos e o parecer jurídico indicou a existência de interesse público, além de a doação ter sido realizada por meio de encargos aos beneficiários sob pena de reversão do bem ao doador. Desta forma, resta evidente a perda do objeto, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento.

2. Inquérito Civil nº 8/2013.

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande- ABCG

Assunto: Apurar irregularidades referentes ao pagamento de plantões e efetivo cumprimento da carga horária pelos médicos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR IRREGULARIDADES REFERENTES AO PAGAMENTO DE PLANTÕES E SEU EFETIVO CUMPRIMENTO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – SANTA CASA DE CAMPO GRANDE PRESTOU ESCLARECIMENTOS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ENCAMINHOU INFORMAÇÕES – MATÉRIA REFERENTE AO PAGAMENTO DE PLANTÕES EM DUPLICIDADE FOI INVESTIGADO NO INQUÉRITO CIVIL Nº 4/2013, ARQUIVADO EM RAZÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS PELA SANTA CASA PARA FISCALIZAR O SERVIÇO PRESTADO – AOS MÉDICOS CELETITAS FOI INSTITUÍDO O PONTO BIOMÉTRICO – HÁ OUTROS PROCEDIMENTOS EM TRÂMITE ONDE ESTÃO SENDO INVESTIGADOS A CONTRATUALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DA SANTA CASA DE CAMPO GRANDE COM O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – O PARQUET ESTADUAL DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DE NOVO INQUÉRITO CIVIL PARA APURAR O CUMPRIMENTO DO PLANTÃO DE SOBREAVISO - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tendo sido comprovado nos autos, que a duplicidade de pagamento realizada para alguns médicos foi decidida no Inquérito Civil nº 4/2013, onde ficou assentado que a Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa, tem promovido medidas no sentido de fiscalizar o pagamento dos honorários médicos

mediante a efetiva realização do serviço prestado, bem como, no tocante às irregularidades encontradas já foram sanadas com a devida compensação e/ou desconto. Além disso, aos médicos celetistas foi instituído o ponto biométrico no início e no final de seu turno de trabalho. Existem ainda, outros procedimentos em tramite onde estão sendo investigado a contratualização da Associação Beneficente de Campo Grande com o município de Campo Grande. Desta forma, resta evidente a perda do objeto, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento.

1.2.2.2. CONSELHEIRO – RELATOR EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Procedimento Preparatório nº 4/2015.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó

Assunto: Colher elementos acerca de reclamação formulada por Arquimino Martins da Silva, Cleber Jones do Nascimento, Eliane dos Santos Lima e Maria das Graças dos Santos Calado Alves, acerca da inobservância da Lei Federal nº 12.994/2014, por parte do Município de Caarapó.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DA RECLAMAÇÃO FORMULADA POR A.M.S., C.J.N., E.S.L. E M.G.S.C.A., ACERCA DA INOBSERVÂNCIA DA LEI FEDERAL Nº 12.994/2014, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto se constatou que o Projeto de Lei nº 001/2015, de 16 de março de 2015, foi aprovado pelo Poder Legislativo e sancionado pelo Prefeito Municipal de Caarapó/MS, Sr. Mário Valério, tornando-se a Lei Complementar Municipal nº 034/2009. E, ainda, verificou-se o aumento do piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Controle de Vetores, para o valor de R\$1.094,04 (Um mil, noventa e quatro reais e quatro centavos), atendendo ao que preconiza a Lei Federal nº 12.994/2014. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento.

2. Inquérito Civil nº 55/2011.

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Osana de Lucca e outros

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em descumprimento de r. decisão judicial, apurar composição dos vencimentos pagos pela municipalidade à servidora nomeada assessora especial, bem como apurar as razões pela sua permanência na municipalidade após decisão de afastamento do cargo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DE

EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, BEM COMO APURAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DOS VENCIMENTOS PAGOS PELA MUNICIPALIDADE À SERVIDORA NOMEADA ASSESSORA ESPECIAL – MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto no que tange ao primeiro fato, constou do Decreto “P” nº 342, expedido pelo até então Prefeito Municipal de Corumbá, Sr. Ruiter Cunha de Oliveira que, no dia 28 de outubro de 2011 a servidora Osana de Lucca, que na época vinha ocupando o cargo de Assessora Executiva com funções de Superintendente de Suprimentos na Secretaria Municipal de Finanças e Administração, foi afastada de seu posto logo após o magistrado responsável pelo julgamento da Ação Civil Pública nº 0011752-2011.8.12.0008 ter proferido decisão interlocutória determinando, em sede liminar, tal medida. Ademais, denota-se que, na ocasião ficou estabelecido pelo magistrado que o afastamento da servidora deveria durar até o final do transcurso da Ação Civil Pública supracitada, sem que houvesse prejuízo à remuneração da mesma, decisão esta que foi devidamente cumprida. Ainda, no que se refere ao segundo fato em apuração, qual seja, a composição dos vencimentos pagos à servidora Osana de Lucca, foi proposta Ação Civil Pública de responsabilização por improbidade administrativa contra ela (por enriquecimento ilícito) e os responsáveis pelo setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Corumbá (pelo dano causado ao erário e violação aos princípios da administração pública), cujo processo foi distribuído perante o Poder Judiciário daquela Comarca, já estando judicializada a questão com o nº 0803664-50.2015.8.12.0008. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento.

3. Inquérito Civil nº 15/2007.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ex-Secretário de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul, Raufi Antônio Jaccoud Marques

Assunto: Apurar eventual enriquecimento ilícito, consistente na evolução patrimonial incompatível com a renda do ex-servidor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DE EVENTUAL ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, CONSISTENTE NA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL INCOMPATÍVEL COM A RENDA DO EX-SERVIDOR R.A.J.M. – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – DECORRIDO O PRAZO PRESCRICIONAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado,

eis que mesmo com a quebra de sigilo bancário do Sr. Raufi Antônio Jaccoud Marques e sua esposa Srª. Adriana Senatore Fedrizzi Marques não restou provada a aquisição ilícita do apartamento no 22º andar do Edifício Van Gogh, em Campo Grande/MS. Ademais, no que se refere à segunda denúncia recebida, a qual relatou que o Sr. Carlos Magno Fioreze, seria supostamente “laranja” do Sr. Raufi Antônio Jaccoud Marques, tem-se que não há indícios de irregularidades ou de eventual ato de improbidade administrativa, ficando constatada apenas a amizade entre ele e o Sr. Carlos Magno Fioreze, bem como no que tange à aquisição do apartamento no Edifício “Solar Van Gogh”. Cumpre salientar que, apesar de constar incompatibilidade na renda do Sr. Carlos Magno Fioreze, segundo o Relatório do DAEX, não se justifica a continuidade das investigações quanto a esta denúncia, em virtude de que, dos documentos que dos autos constam, não existem indícios de que o mesmo seria “laranja” do Sr. Raufi Marques. Por fim, denota-se que não seria possível a instauração de Ação de Improbidade Administrativa em face do Sr. Raufi Antônio Jaccoud Marques, em razão também do decurso de que decorreu do prazo prescricional para tal, e da não configuração de dano ao erário na presente investigação, com base no art. 23, inciso I da Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, à exceção do Conselheiro Gilberto Robalinho da Silva que declarou seu impedimento.

1.2.2.3. CONSELHEIRA – RELATORA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 78/2012 - Anexo 16.

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Águas Guariroba S/A

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento Churrascaria Bezerra de Ouro Ltda. - EPP, localizada na rua Doutor Antônio Alves Arantes, nº 307, Chácara Cachoeira II, nesta Capital.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL – TAMPONAMENTO DE POÇO ARTESANAL – LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ÁGUA E ESGOTO – IRREGULARIDADES SANADAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado com o objetivo de apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento “Churrascaria Bezerra de Ouro Ltda. – EPP”, localizado na Rua Doutor Antônio Alves Arantes, 307, Chácara Cachoeira II, nesta Capital. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido constatado que o estabelecimento “Churrascaria Bezerra de Ouro” possui ligação à rede de abastecimento de água e a rede pública coletora de esgoto, conforme declaração da empresa Águas Guariroba à f. 31, documentos à f. 32 e relatório técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Urbano às f. 72-75. 3. Cumpre destacar que foi providenciado o tamponamento do poço de captação de água subterrânea existente no local na data de 10 de fevereiro do corrente ano, conforme documentação apresentada pela empresa Águas Guariroba às f. 175-183. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

2. Inquérito Civil nº 4/2014.

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande.

Requerentes: Ministério Público Estadual e o Conselho Regional de Medicina de Mato Grosso do Sul

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar a ausência de médicos plantonistas em vários períodos no Hospital Psiquiátrico Nosso Lar.

Retirado de pauta na reunião do dia 29.9.2015, por ausência justificada da Relatora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AUSÊNCIA DE MÉDICOS PLANTONISTAS – HOSPITAL NOSSO LAR – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – IRREGULARIDADES SANADAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a ausência de médicos plantonistas em vários períodos no Hospital Psiquiátrico Nosso Lar. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que a problemática da falta de médicos plantonistas no Hospital Nosso Lar foi resolvida, conforme pode ser observado nas escalas de plantões às f. 115-116. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

3. Inquérito Civil nº 27/2014.

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edifício Ouro Preto

Assunto: Apurar as razões pelas quais o investigado não efetuou pagamento da tarifa de esgoto, onerando a coletividade de usuários-consumidores.

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Mauri Valentim Riciotti, após o voto da Relatora homologando o arquivamento. Os demais conselheiros aguardam.

4. Inquérito Civil nº 17/2014.

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Residencial Estados Unidos

Assunto: Apurar as razões pelas quais o investigado não efetuou pagamento da tarifa de esgoto, onerando a coletividade de usuários-consumidores.

Deliberação: Julgamento adiado em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Mauri Valentim

Riciotti, após o voto da Relatora homologando o arquivamento. Os demais conselheiros aguardam.

5. Inquérito Civil nº 34/2013.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

Requerente: Eyde Jesus Rodrigues Leite

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar veracidade de denúncia apresentada por vereador atuante na cidade de Caracol.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES EM PREFEITURA – ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS PARTICULARES – TANQUE EM DESACORDO COM LEGISLAÇÃO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – ABASTECIMENTO JUSTIFICADO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar veracidade de denúncia apresentada por vereador atuante na cidade de Caracol. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado que a bomba de combustível existente no pátio da Secretaria Municipal de Obras de Caracol encontra-se de acordo com a Resolução SEMAC 08/2011, conforme relatório de vistoria da Polícia Militar Ambiental às f. 12-13. 3. Ademais, o abastecimento feito no veículo de propriedade de particular foi esclarecido pelo Prefeito Municipal e pelo Servidor Público proprietário de tal automóvel. Conforme declarações de ambos, o abastecimento foi feito em um tanque acondicionado ao veículo denunciado para que o combustível fosse levado ao Distrito Rural de Alto Caracol, onde se encontravam veículos da frota municipal que prestavam serviços de obras no local. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

6. Inquérito Civil nº 104/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aramisio Felício de Freitas

Assunto: Apurar possível dano ao meio ambiente decorrente de prática de crime ambiental previsto no artigo 32 da Lei Federal nº 9605/98.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CRIME AMBIENTAL – MAUS TRATOS A ANIMAIS – COMPENSAÇÃO AMBIENTAL – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INTEGRAL ADIMPLENTO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível dano ao meio ambiente decorrente de prática de crime ambiental previsto no artigo 32 da Lei Federal n. 9605/98. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Requerido, o qual cumpriu integralmente a obrigação avençada. Cumpre destacar que o IMASUL aplicou ao

Requerido multa administrativa no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais), conforme Auto de Infração à f. 04. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

7. Inquérito Civil nº 59/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Domingos Ângelo da Silva

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática do artigo 48 da Lei Federal nº 9.605/98.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CRIME AMBIENTAL – PRESENÇA DE ANIMAIS EM ÁREA DE RESERVA LEGAL – IRREGULARIDADES SANADAS – ÁREA EM AVANÇADO ESTÁGIO REGENERATIVO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível dano ambiental decorrente de prática do artigo 48 da Lei Federal n. 9605/98. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado que os animais que estavam em área de Reserva Legal foram retirados do local, conforme Relatório de Vistoria emitido pela Polícia Militar Ambiental e juntado às f. 54-58. Ademais, os policiais afirmaram que a área degradada encontra-se em avançado estágio de regeneração, estando o PRADE existente sendo colocado em prática. 3. Cumpre destacar que o IMASUL aplicou multa administrativa ao Requerido, e ainda, na seara penal foi instaurado Termo Circunstanciado de Ocorrência em relação ao fato criminal ocorrido. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

8. Inquérito Civil nº 5/2015.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã.

Requerentes: Ministério Público Estadual e Osmar Reis

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar a juridicidade da concessão de licença a servidor para exercer ‘o mandato classista como presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Batayporã’, ante a possível irregularidade de índole formal na constituição e funcionamento dessa entidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AVERIGUAR JURIDICIDADE DE CONCESSÃO DE LICENÇA – MANDATO CLASSISTA – SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ – POSSÍVEL IRREGULARIDADE FORMAL – FORMAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SINDICATO DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO PERTINENTE – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para averiguar a juridicidade da concessão de licença a

servidor para exercer “o mandato classista como presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Batayporã”, ante a possível irregularidade de índole formal na constituição e funcionamento dessa entidade. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade quanto à existência e funcionamento do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Batayporã, o que leva à conclusão de que a concessão da licença requerida pelo servidor para ocupar a presidência de referido sindicato ao servidor é perfeitamente cabível, conforme a legislação pertinente. 3. Ao compulsar os autos pode ser observado que o Sindicato tem personalidade jurídica, uma vez que possui registro de seus atos constitutivos. Ademais, o Sindicato apresentou documentação comprobatória acerca do registro da carta sindical junto ao Ministério do Trabalho, e por fim, foi constatado que o Sindicato é ativo, conforme documentação às f. 115, 120-140. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

9. Inquérito Civil nº 8/2015.

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Aparecida do Taboado.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aparecida do Taboado e o Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a recusa de atendimento médico especializado na área de psiquiatria para a criança T.F.S., por parte do município de Aparecida do Taboado/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – RECUSA DE ATENDIMENTO MÉDICO ESPECIALIZADO – CONSULTA COM MÉDICO PSIQUIATRA – CRIANÇA COM NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO – CONSULTA REALIZADA EM MUNICÍPIO VIZINHO – ACOMPANHAMENTO PELO CRAS MUNICIPAL – ESGOTAMENTO DO OBJETO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a recusa de atendimento médico especializado na área da psiquiatria para a criança T.F.S., por parte do Município de Aparecida do Taboado/MS. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que a criança passou por consulta com médico especializado em psiquiatria, e ainda, está recebendo o tratamento e acompanhamento adequado junto ao CRAS do Município de Aparecida do Taboado, conforme informações repassadas pela própria genitora. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

10. Inquérito Civil nº 16/2014.

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque/MS

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos das crianças e adolescentes, consistente na utilização de veículos para transporte público escolar, sem realização das vistorias oficiais e sem autorização do órgão competente, conforme estabelece o artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro.

Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para diligências.

11. Inquérito Civil nº 41/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ermelindo Ramalho de Carvalho

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado fazenda Invernadinha, localizado no município de Antonio João/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE RURAL – MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO – AUSÊNCIA DE RESERVA LEGAL – PROMOVIDA INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Invernadinha, localizado no município de Antônio João/MS. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que a propriedade rural foi inscrita no CAR – Cadastro Ambiental Rural conforme comprovante à f. 72. Portanto, promovida à regularização jurídico-ambiental do imóvel rural, o arquivamento dos autos é medida de rigor. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

12. Procedimento Preparatório nº 29/2015.

10ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados.

Requerentes: Ministério Público Estadual e a Vigilância Sanitária

Requerida: Fundação de Serviços de Saúde de Dourados - FUNSAUD

Assunto: Apurar eventual manutenção em estoque de produtos de interesse para a saúde com prazo de validade expirado.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MANUTENÇÃO EM ESTOQUE DE PRODUTOS DE INTERESSE PARA SAÚDE COM PRAZO DE VALIDADE EXPIRADO – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – ASSUMIDAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual manutenção em estoque de produtos de interesse para saúde com prazo de validade expirado. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e

solucionar o objeto do presente procedimento preparatório, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a Requerida, a qual assumiu obrigação de não fazer consistente em se abster de entregar ao consumo, ou ter em estoque, produtos de interesse para a saúde, cujo prazo de validade tenha expirado. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

13. Inquérito Civil nº 16/2013.

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá e a Fundação de Cultura e Turismo do Pantanal e outros

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa na contratação e realização do show musical da cantora Cláudia Leitte no município de Corumbá/MS.

Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do artigo 26, parágrafo quinto, da Resolução nº 015/2007.

14. Inquérito Civil nº 59/2011.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Giruá, de propriedade de E. F. Agropecuária Limitada

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade requerida, como a degradação da área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a existência de processo erosivo que causam degradação do solo devido à falta de técnicas de conservação, e se a propriedade requerida contribui para o assoreamento do córrego Fortaleza.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL – ASSOAREAMENTO DO CÓRREGO FORTALEZA – FAZENDA GIRUÁ – MUNICÍPIO DE RIO VERDE DO MATO GROSSO – INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a existência de danos ambientais na propriedade requerida, como a degradação da área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a existência de processo erosivo que causam a degradação do solo devido à falta de técnicas de conservação, e se a propriedade requerida contribui para o assoreamento do Córrego Fortaleza. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado que a Requerida promoveu a regularização jurídico-ambiental da propriedade rural e providenciou a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme documento à f. 353. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

15. Inquérito Civil nº 6/2014.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Simone Sponchiado e Claudinei Antônio Poletti

Assunto: Apurar possível ocorrência de infração ambiental promovido por Simone Sponchiado e Claudinei Antônio Poletti.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL – DESCARTE DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS EM LOCAL INADEQUADO – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM PROPRIEDADE RURAL – APLICADA MULTA PELO IMASUL – INSTAURADO INQUÉRITO POLICIAL – PROMOVIDA RECUPERAÇÃO DA ÁREA DEGRADADA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar possível ocorrência de infração ambiental promovido por Simone Sponchiado e Claudinei Antônio Poletti. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que foi instaurado inquérito policial para investigação dos ilícitos na seara criminal e administrativamente os Requeridos foram punidos pelo IMASUL. Insta observar que o Requerido Claudinei está pagando multa ao IMASUL a título de compensação ambiental e que a Requerida Simone havia arrendado sua propriedade rural para a empresa IACO à época da autuação, empresa esta que promoveu espontaneamente a recuperação da área degradada na propriedade. 3. Ademais, o representante da empresa IACO apresentou Projeto de Recuperação de Área Degradada protocolizado sob o n. 23/103183/2014 e juntou documentos e fotos que comprovam o trabalho de recuperação da área autuada (f.101-137). 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

16. Procedimento Preparatório nº 24/2015.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em razão da utilização irregular de veículos oficiais do município.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – USO DE CARRO OFICIAL PARA TRANSPORTE DE PARTICULARES – REQUERIMENTO FEITO POR HIPOSSUFICIENTES – AUXÍLIO-TRANSPORTE GARANTIDO POR LEI – NÃO CARACTERIZADA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa em razão da utilização irregular de veículos oficiais do município. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente

Procedimento Preparatório, tendo em vista que as pessoas transportadas até o Fórum de Rio Negro em carro oficial eram hipossuficientes e fizeram requerimento de auxílio-transporte (f. 37-39) perante a Secretaria Municipal da Assistência Social - direito garantido por lei – o qual foi atendido pela municipalidade. Cumpre destacar que o servidor que realizou o transporte dos munícipes possui autorização para trafegar com o carro objeto deste procedimento, conforme f. 23. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

17. Inquérito Civil nº 10/2013.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Gislaíne Aparecida Loubet Brum

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em razão da ocupação irregular no local indicado pelas coordenadas geográficas 20° 27'14,5" S e 54° 53'12,4" O, neste município de Terenos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL DANO AMBIENTAL – GADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – PRADE PROTOCOLADO JUNTO AO IMASUL – IRREGULARIDADES SANADAS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual dano ambiental em razão da ocupação irregular no local indicado pelas coordenadas geográficas 20° 27'14,5" S e 54° 53'12,4" O, neste município de Terenos. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado que a Requerida protocolou PRADE perante o IMASUL, o qual vem sendo cumprido, conforme Parecer Técnico à f. 170-171. Outrossim, foi providenciado o cercamento da APP, bem como a retirada do gado da área, não restando irregularidades a serem sanadas. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

18. Procedimento Preparatório nº 19/2015.

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados.

Requerentes: Ministério Público Estadual e a Ouvidoria do Ministério Público

Requerida: Conveniência “Me Salva”

Assunto: Registrar notícia indicativa de eventuais irregularidades no empreendimento denominado conveniência “Me Salva”, localizada na sub esquina da Weimar Gonçalves Torres com Albino Torraca, em Dourados-MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – EVENTUAL IRREGULARIDADE EM ESTABELECIMENTO – PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO – SOM EM ALTO VOLUME – AGLOMERAÇÃO DE PESSOAS - CONSUMO DE DROGAS - APRESENTADA DOCUMENTAÇÃO

NECESSÁRIA – NÃO CONSTATADOS OS FATOS APONTADOS NA DENÚNCIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades no empreendimento denominado conveniência “Me Salva”, localizada na sub esquina da Weimar Gonçalves Torres com Albino Torraca, em Dourados-MS. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Procedimento Preparatório, não tendo sido constatadas irregularidades na Conveniência “Me Salva”. Insta observar que foram apresentados todos os documentos pertinentes ao regular funcionamento do comércio, bem como fotografias comprovando a existência de lixeiras para acomodação de resíduos sólidos e placas proibindo o consumo de bebidas alcoólicas e o uso do som mecânico no local. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

19. Inquérito Civil nº 3/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Emília

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Santa Emília, especialmente em relação à irregularidade na área de preservação permanente, e possível assoreamento do Rio Amambai.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE EM PROPRIEDADE RURAL – REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE IMÓVEL – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INTEGRAL ADIMPLEMENTO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a situação jurídico-ambiental da propriedade rural Fazenda Santa Emília, especialmente em relação à irregularidade na área de preservação permanente e possível assoreamento do Rio Amambai. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Santa Emília, o qual cumpriu integralmente as obrigações avançadas, conforme documentos de f. 72-171, 227-236 e 277-278. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

20. Inquérito Civil nº 26/2012.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Manoel Afonso de Almeida

Assunto: Apurar a regularidade da propriedade rural, exceto área de Reserva Legal (objeto do IC 63/2010), denominada “Fazenda Fantasia”, ora pertencente a Manoel Afonso de Almeida, imóvel integralizado no

capital na Agropecuária Barra do Matrinchã Administração e Participação Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – POSSÍVEL DESMATAMENTO SEM LICENÇA AMBIENTAL – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO VEGETAL EMITIDA PELO IMASUL – DESMATAMENTO FEITO DENTRO DO LIMITE ESTABELECIDO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularidade da propriedade rural, exceto área de Reserva Legal (objeto do IC 63/2010), denominada “Fazenda Fantasia”, ora pertencente a Manoel Afonso de Almeida, imóvel integralizado no capital na Agropecuária Barra do Matrinchã Administração e Participação Ltda. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido constatado em vistoria in loco realizada pela Polícia Militar Ambiental que o desmatamento ocorreu em uma área de aproximadamente 300 hectares, conforme relatório de vistoria acostado às f. 201-204. Cumpre destacar que o Requerido apresentou autorização ambiental para supressão vegetal emitido pelo IMASUL, a qual autorizava o desmatamento em uma área de 415 hectares, como pode ser observado à f. 111. Ademais, não restou apurado na vistoria feita ao local nenhum vestígio de área desmatada recentemente. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

21. Inquérito Civil nº 27/2012.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lírio Mariano Romanini e Augusta de Fátima Casadei Romanini

Assunto: Apurar a regularidade da propriedade rural, exceto área de Reserva Legal (objeto do IC 63/2010), denominada “Fazenda Fantasia”, ora pertencente a Manoel Afonso de Almeida, imóvel integralizado no capital na Agropecuária Barra do Matrinchã Administração e Participação Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – POSSÍVEL DESMATAMENTO SEM LICENÇA AMBIENTAL – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO VEGETAL EMITIDA PELO IMASUL – DESMATAMENTO FEITO DENTRO DO LIMITE ESTABELECIDO – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a existência de desmatamento sem licença ambiental junto à propriedade rural denominada “Fazenda Primavera” (Matrícula n. 23.051), localizada no Município de Corumbá/MS, de propriedade de Lírio Mariano Romanini e Augusta de Fátima Casadei Romanini. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer

e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido constatado em vistoria in loco realizada pela Polícia Militar Ambiental que o desmatamento ocorreu em uma área de aproximadamente 190 hectares, conforme relatório de vistoria acostado às f. 131-136. Cumpre destacar que os Requeridos apresentaram autorização ambiental para supressão vegetal emitido pelo IMASUL, a qual autorizava o desmatamento em uma área de 500 hectares, como pode ser observado à f. 65. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

22. Inquérito Civil nº 11/2014.

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcelo Aguilar Iunes e Mohamad Abdallah

Assunto: Apurar a existência de desmatamento sem licença ambiental junto à propriedade rural denominada “Fazenda Primavera” (Matrícula nº 23.051), localizada no Município de Corumbá/MS, de propriedade de Lírio Marino Romanini e Augusta de Fátima Casadei Romanini.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO – SUPOSTA FRAUDE EM BALANÇO PATRIMONIAL – MUNICÍPIO DE CORUMBÁ – IMPROBIDADE NÃO CONSTATADA – ABERTURA DE NOVO PROCEDIMENTO EM VIRTUDE DE OUTRAS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual improbidade administrativa por, em tese, não terem tomado providências quanto à suposta fraude no balanço patrimonial da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS no ano de 2012 e do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais – FUNPREV. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, não tendo restado comprovado ato de improbidade administrativa por parte dos Requeridos. Conforme pode ser observado nos autos, o Sr. Marcelo Iunes encaminhou as “indicações” e “recomendações” feitas pelo Vereador Mohamed Abdallah, as quais foram dirigidas ao Prefeito Municipal e aos órgãos competentes. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

23. Procedimento Preparatório nº 3/2015.

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa por, em tese, não terem tomado providências quanto à suposta fraude no balanço patrimonial da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS no ano de 2012 e do Fundo

de Previdência Social dos Servidores Municipais - FUNPREV.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE – POSSÍVEL TRÁFICO DE DROGAS EM RESIDÊNCIA – PRISÃO EM FLAGRANTE DAS RESPONSÁVEIS PELO TRÁFICO – VULNERABILIDADE CESSADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para averiguar possível situação de risco. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Procedimento Preparatório, tendo em vista que as crianças não se encontram em estado de vulnerabilidade e atualmente estão morando com avós ou com seus pais, após a prisão de suas genitoras. Ademais, foi realizada a prisão das quatro mulheres que residiam no local pelo crime de tráfico de drogas, conforme f. 35-36. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

24. Inquérito Civil nº 1/2015.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o problema asfáltico na rua Treze de Maio.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – RETIRADA DE ASFALTO DE VIA PÚBLICA – TRANSTORNOS À POPULAÇÃO LOCAL – VIA ASFALTADA – PROBLEMÁTICA CESSADA – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar o problema asfáltico na Rua Treze de Maio. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido constatado que a Rua Treze de Maio foi asfaltada, cessando assim a problemática que deu início ao procedimento em apreço, conforme certidão às f. 18-19. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

25. Procedimento Preparatório nº 2/2015.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdir Vitorassi

Assunto: Apurar notícia de eventual armazenamento de produtos agrotóxicos e embalagens em local impróprio, contrariando a legislação vigente.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IRREGULARIDADE EM PROPRIEDADE RURAL – ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS AGROTÓXICOS E EMBALAGENS EM LOCAL IMPRÓPRIO – REALIZADA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO PARA ARMAZENAMENTO DOS

PRODUTOS E EMBALAGENS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar notícia de eventual armazenamento de produtos agrotóxicos e embalagens em local impróprio, contrariando a legislação vigente. 2. Analisando os documentos juntados aos autos, vislumbra-se que as irregularidades que deram ensejo ao presente Procedimento Preparatório foram sanadas com a construção do galpão para o correto armazenamento de produtos agrotóxicos e embalagens, estando o Requerido agindo de acordo com a legislação vigente, conforme documento à f. 37. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

26. Procedimento Preparatório nº 61/2014.

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Bonito.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Menandro Vital Cyruno

Assunto: Apurar eventual realização de acordo amigável com a Prefeitura para realização de loteamento na propriedade denominada fazenda Arizona.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – EVENTUAL IRREGULARIDADE EM LOTEAMENTO – FALTA DE LICENÇA AMBIENTAL – FALTA DE REGULARIZAÇÃO PERANTE A PREFEITURA – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INTEGRAL ADIMPLEMENTO – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para apurar eventual realização de acordo amigável com a Prefeitura para realização de loteamento na propriedade denominada fazenda Arizona. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Procedimento Preparatório, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o Requerido, o qual cumpriu integralmente as obrigações avençadas, conforme documentos de f. 90-167. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

27. Inquérito Civil nº 44/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Teruel Aviação Agrícola Ltda., e Energética Santa Helena S.A.

Assunto: Apurar irregularidades relacionadas à pulverização por empresa de aviação agrícola em lavoura de cana.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL – EMPRESA DE PULVERIZAÇÃO DE HERBICIDAS – AVIAÇÃO AGRÍCOLA – APRESENTADAS LICENÇAS DE OPERAÇÃO EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO COMPETENTE – IRREGULARIDADES NÃO

CONSTATADAS – FUNCIONAMENTO REGULAR - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar irregularidades relacionadas à pulverização por empresa de aviação agrícola em lavoura de cana. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado que a Requerida Teruel Aviação Agrícola Ltda – prestadora de serviços da outra requerida, qual seja, Energética Santa Helena S.A – está com sua documentação para operação regular em dia, conforme f. 132-135. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

28. Inquérito Civil nº 17/2013.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: RMC - Participações e Administrações S/C Ltda. (Faz. São Lucas)

Assunto: Regularização ambiental da propriedade rural denominada fazenda São Lucas, pertencente à RMC - Participações e Administrações S/C Ltda., consoante relatório de vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE AMBIENTAL – FAZENDA SÃO LUCAS - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – RESERVA LEGAL – INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR – MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a regularização ambiental da propriedade rural denominada Fazenda São Lucas, pertencente à RMC – Participações e Administrações S/C Ltda., consoante relatório de vistoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que a empresa Sol Nascente providenciou a regularização jurídico-ambiental da Fazenda São Lucas inscrevendo a propriedade no Cadastro Ambiental Rural e promovendo as alterações necessárias, conforme documentação às f. 71-95. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

29. Inquérito Civil nº 43/2013.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sol Nascente - Emp. e Part. Ltda. (Estância Santo Expedito).

Assunto: Regularização ambiental da propriedade, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da

Empresa Toposat Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE EM PROPRIEDADE RURAL – REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE IMÓVEL – PROMOVIDO ISOLAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para regularização ambiental da propriedade, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da Empresa Toposat Ambiental. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que foi efetuada a inscrição da propriedade no CAR sob o n. CARMS0002844 (f. 63-64) e providenciado o cercamento da área de preservação permanente, conforme fotografias às f. 73-75. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

30. Inquérito Civil nº 41/2013.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elson Pereira dos Santos (Estância Refúgio).

Assunto: Regularização ambiental da propriedade, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da Empresa Toposat Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE EM PROPRIEDADE RURAL – REGULARIZAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DE IMÓVEL – PROMOVIDO ISOLAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para regularização ambiental da propriedade, consoante diagnóstico ambiental realizado pela Prefeitura Municipal de Nova Andradina, através da Empresa Toposat Ambiental. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que foi efetuada a inscrição da propriedade no CAR sob o n. CARMS0000373(f. 57) e providenciado o cercamento da área de preservação permanente, conforme fotografias às f. 43-44. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

31. Procedimento Preparatório nº 31/2015.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL

Assunto: Apurar eventual irregularidade na quantidade

de servidores comissionados na Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL, na cedência de espaços na emissora para políticos e na programação do canal em relação ao Decreto nº 11.722, de 5 de novembro de 2004.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES COMISSIONADOS – POSSÍVEL CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA EMISSORA PARA POLÍTICOS – FUNDAÇÃO ESTADUAL – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para apurar eventual irregularidade na quantidade de servidores comissionados na Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul – FERTEL, na cedência de espaços na emissora para políticos e na programação do canal em relação ao Decreto n. 11.722, de 05 de novembro de 2004. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Procedimento Preparatório, tendo sido constatado que a Requerida possui em seu quadro pessoal um número menor de servidores comissionados do que o permitido pela legislação vigente – qual seja o Decreto n. 10.125/2000 – conforme relação dos funcionários apresentada pela Fundação às f. 61-64, não havendo irregularidades na quantidade desses servidores. Ademais quanto à realização do concurso público para contratação de mais servidores efetivos foi informado que cabe ao Governador do Estado a decisão, baseando-se na conveniência e oportunidade da Administração Pública, tendo em vista que a Fundação é vinculada e supervisionada pela Secretaria de Estado da Casa Civil. 3. A presença de políticos nos programas de rádio e televisão se deve ao fato dos mesmos exercerem cargos públicos e que as entrevistas com eles realizadas são de caráter informativo, sendo vedada a utilização do espaço para fins políticos. 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

32. Procedimento Preparatório nº 81/2015.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no ato que tornou sem efeito a aposentadoria do Delegado de Polícia Roberval Maurício Cardoso, e o nomeou a Delegado-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – EVENTUAL IRREGULARIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DE DELEGADO TORNADA SEM EFEITO PELO GOVERNADOR – ATO NÃO FINDADO – FALTA DE HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL - POSSIBILIDADE DE DESISTÊNCIA - PROMOÇÃO

DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para apurar eventual irregularidade no ato que tornou sem efeito a aposentadoria do Delegado de Polícia Roberval Maurício Cardoso, e o nomeou Delegado-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Procedimento Preparatório, tendo em vista que o ato do Governador de tornar sem efeito a aposentadoria do Delegado não trouxe prejuízos ao erário e não se trata de um ato irregular. Conforme parecer exarado pela Procuradoria Geral do Estado, a desistência da aposentaria voluntária pode ser exercida enquanto o ato não se finda, o que ocorreu no caso em apreço. Para a perfectibilização do ato o Tribunal de Contas Estadual deveria ter homologado a aposentadoria, o que não chegou a se concretizar. Ademais, nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, como pode ser observado em jurisprudência citada pela PGE às f. 41-42. 3. Promoção de arquivamento homologada. **Deliberação:** à unanimidade, homologou o arquivamento.

33. Inquérito Civil nº 136/2014.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Processo nº 09/500117/2008 que foi aberto para a realização do Projeto Técnico da mudança do Sistema Irradiante desta Fundação, junto ao Ministério das Comunicações.

Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007.

34. Inquérito Civil nº 135/2014.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Processo nº 09/500142/2008 que foi aberto para a aquisição de 20 baterias recarregáveis de 12vcc/13,2Vcc, 40wh/50wh para câmera betacam UVW- D-30 marca Sony.

Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007.

35. Inquérito Civil nº 32/2014.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade relacionada ao Centro de Educação Infantil - CEINF Maria Carlota Tibau de Vasconcelos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL

IRREGULARIDADE EM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – SALA DE AULA SEM VENTILAÇÃO – FALTA DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOVIDA INSTALAÇÃO DE VENTILADORES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar irregularidade relacionada ao Centro de Educação Infantil – CEINF Maria Carlota Tibau de Vasconcelos. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo em vista que foi realizada a instalação de quatro aparelhos ventiladores de ar no local e que o prédio passou por manutenção, conforme documentos assinados pela Diretora do CEINF, às f. 92-93. Quanto à falta de materiais de higiene e limpeza, foi informado que o problema foi pontual e cessou em aproximadamente 2/3 dias. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

36. Inquérito Civil nº 93/2014.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de os dentistas dos postos de saúde do Jóquey Club e Dona Neta (Guanandy) não cumprirem a carga horária de trabalho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO EM POSTOS DE SAÚDE – PROFISSIONAIS NÃO ESTARIAM CUMPRINDO JORNADA DE QUATRO HORAS – DENÚNCIA DE SEIS ATENDIMENTOS EM UMA HORA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade no fato de os dentistas dos postos de saúde do Jóquey Club e Dona Neta (Guanandy) não cumprirem a carga horária de trabalho. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, não tendo sido constatadas as irregularidades constantes na denúncia apresentada. O atendimento dos pacientes odontológicos nas unidades básicas de saúde do Município de Campo Grande é regulado pela Normatização do Atendimento Odontológico PMCG-SESAU/2010, portanto, os dentistas respeitam a quantidade de seis pacientes por período de trabalho. Ademais, conforme informações prestadas pelos profissionais que trabalham nos postos de saúde apontados na denúncia, o atendimento de seis pacientes no tempo de uma hora é completamente inviável devido ao procedimento que deve ser obedecido em cada atendimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

37. Inquérito Civil nº 146/2014.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Guarda Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade no fato de Guardas Municipais estarem fazendo buscas pessoais na região da feira central em Campo Grande, tendo inclusive detido um Policial Militar que se recusou a sofrer a busca, alegando serem os guardas municipais incompetentes para tanto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAL IRREGULARIDADE NA ATUAÇÃO DE GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS – REALIZAÇÃO DE BUSCAS PESSOAIS – ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA PARA TAL ATO – SINDICÂNCIA INSTAURADA E ARQUIVADA – ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL – LIMITES DA LEGALIDADE – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual irregularidade no fato de Guardas Municipais estarem fazendo buscas pessoais na região da feira central em Campo Grande, tendo inclusive detido um Policial Militar que se recusou a sofrer a busca, alegando serem os guardas municipais incompetentes para tanto. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente inquérito civil, tendo sido constatado em Sindicância realizada pela Corregedoria da Secretaria Municipal de Segurança Pública que os Guardas Civis Municipais agiram no estrito cumprimento do dever e nos limites da legalidade, conforme a Lei n. 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais). Portanto, depois de realizada investigação devida, os Guardas Civis denunciados não sofreram nenhuma sanção da Secretaria Municipal de Segurança Pública por terem agido de acordo com a lei, o que resultou no arquivamento da Sindicância instaurada. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

38. Inquérito Civil nº 10/2015.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul - ACRISSUL

Assunto: Apurar eventual irregularidade na permissão de uso de área pública celebrada entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul - ACRISSUL, uma vez que teria como única finalidade beneficiar o presidente da referida entidade com a valorização imobiliária de suas propriedades, localizadas na mesma região.

Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do artigo 26, §5º, da Resolução nº 015/2007.

39. Procedimento Preparatório nº 39/2015.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Defensor Público Almir Silva Paixão

Requerida: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contratos de locação de prédios da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, constantes nos Processos nº 33/000.044/2012, nº 33/007.058/2011 e nº 33/000.041/2013 em trâmite naquele órgão.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – EVENTUAL IRREGULARIDADE EM ALUGUEL DE IMÓVEIS PELA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL – APRESENTADOS DOCUMENTOS COMPROVANDO LEGALIDADE – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para apurar eventuais irregularidades em contratos de locação de prédios da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, constantes nos Processos n. 33/000.044/2012, n. 33/007.058/2011 e n. 33/000.041/2013. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para solucionar e esclarecer o objeto do presente Procedimento Preparatório, tendo em vista que a Defensoria Pública apresentou resposta explicitando e rebatendo cada item apontado na denúncia, colacionando aos autos documentos comprobatórios acerca de cada fato questionado. Dessa forma, não restando irregularidades a serem apuradas e, da documentação corroborar com os argumentos apresentados, o arquivamento dos autos é medida de rigor. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

40. Procedimento Preparatório nº 54/2014.

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande.

Requerente: Disque Direitos Humanos – Disque 100

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – INSTAURADO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CONFORME ART. 3º DA RESOLUÇÃO 005/CPJ/2012 – CONTINUIDADE DE ACOMPANHAMENTO EM NOVO PROCEDIMENTO – MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. O procedimento preparatório foi instaurado para averiguar possível situação de risco. 2. Seguindo orientações exaradas por este Egrégio Conselho, o órgão de execução instaurou Procedimento Administrativo para dar continuidade à investigação, sendo necessário o arquivamento do presente procedimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

1.2.2.4. CONSELHEIRO – RELATOR ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Inquérito Civil nº 91/2009.

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio Urban Filho, Nilma Carvalho Ferrari e Dorival Aparecido Ferrari

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de preservação permanente situadas na propriedade localizada na chácara Três Barras, em Campo Grande-MS, de propriedade de Antonio Urban Filho, conforme Auto de Infração nº 02723 e Laudo de Constatação nº 2855, expedidos pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SITUADAS NA PROPRIEDADE LOCALIZADA NA CHÁCARA TRÊS BARRAS, EM CAMPO GRANDE/MS – PROPOSTA AÇÃO DE EXECUÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – FISCALIZAÇÃO DO TERMO EM VIA JUDICIAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de preservação permanente situadas na propriedade localizada na chácara Três Barras, em Campo Grande/MS. No decorrer do procedimento, sem o cumprimento das obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta, foi proposta Ação de Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer. Desta forma, a fiscalização do referido TAC será em via judicial, tonando-se desnecessário a manutenção do presente procedimento, haja vista a inexistência de medidas a serem tomadas. Assim, pautado nos termos do artigo 38 da Resolução 015/2007/PGJ, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

2. Inquérito Civil nº 37/2008.

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Qually Peles Ltda.

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental causada pelo empreendimento Qually Peles Ltda., consistente em produzir poluição e ausência de licença ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL CONSISTENTE EM PRODUZIR POLUIÇÃO E AUSÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL POR EMPRESA LOCALIZADA EM CAMPO GRANDE/MS– PROPOSTA AÇÃO DE EXECUÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – FISCALIZAÇÃO DO TERMO EM VIA JUDICIAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual degradação ambiental consistente em produzir poluição e ausência de licença ambiental em empresa de Campo Grande/MS. No decorrer do procedimento, sem o cumprimento das

obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta, foi proposta Ação de Execução de Obrigação de Fazer e Não Fazer. Desta forma, a fiscalização do referido TAC será em via judicial, tonando-se desnecessário a manutenção do presente procedimento, haja vista a inexistência de medidas a serem tomadas. Assim, pautado nos termos do artigo 38 da Resolução 015/2007/PGJ, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

3. Inquérito Civil nº 4/2014.

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivo Puorro

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado chácara Guaiçara “Atlântico”, localizado neste Município, no que tange à intervenção irregular, em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NA PROPRIEDADE LOCALIZADA EM CAMPO GRANDE/MS – CONFECCÃO DE VÁRIOS RELATÓRIOS TÉCNICOS E LAUDOS – RESERVATÓRIO DE ÁGUA ARTIFICIAL - IMPOSSIBILIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO LOCAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar possível degradação ambiental. No decorrer do procedimento, com os documentos juntados aos autos e conforme consta nos relatórios de vistoria e laudos técnicos realizados pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), não há como afirmar que na propriedade tenha existido área de preservação permanente e consequentemente uma supressão vegetal na referida área, tendo em vista o decurso do tempo, impossibilitando, pois, a tomada de outras medidas como a propositura de ação civil pública. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

4. Inquérito Civil nº 15/2015.

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Mineradora Eva Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto à instalação de areeiro em área contígua à APA do córrego Guariroba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE QUANTO À INSTALAÇÃO DE AREEIRO EM ÁREA CONTÍGUA À ÁREA DE PRESERVAÇÃO

AMBIENTAL DO CÓRREGO GUARIROBA, POR ESTAR OPERANDO ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL VÁLIDA OU CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA DEMONSTRANDO A SITUAÇÃO REGULAR DA EMPRESA REQUERIDA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar supostas irregularidades no estabelecimento requerido quanto à instalação de areeiro em área contígua à Área de Preservação Ambiental do Córrego Guariroba. Neste sentido, restou constatado que a empresa possui licenças expedidas do órgão ambiental responsável (SEMADUR) para realizar a atividade de extração de areia no local indicado. Não restando dúvidas quanto ao respeito às normas ambientais. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

5. Inquérito Civil nº 62/2008.

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Francisco Terra

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na Estância Santa Rita, Bacia do Guariroba, área de proteção ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA PROPRIEDADE REQUERIDA NA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – FOI FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, E CONFORME DOCUMENTAÇÃO JUNTADA, AS OBRIGAÇÕES FORAM DEVIDAMENTE CUMPRIDAS – INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e preservação permanente da propriedade requerida localizada na Comarca de Campo Grande/MS. No decorrer do procedimento, com os documentos juntados aos autos, verificou-se que as obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta foram devidamente cumpridas. Verifica-se ainda, que foi realizada a inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

6. Inquérito Civil nº 20/2014.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ricardo Gattass, Sérgio Gattass, Marcelo Gattass e Luiza Carmem Gonçalves de Oliveira Gattass

Assunto: Cobrar a adoção de providências com o intuito de fazer cessar o acesso e permanência de animais semoventes na área de preservação permanente do córrego Piraputanga no imóvel rural “Fazenda Monjolo”, no município de Corumbá/MS, bem como apurar a existência/registro da área de reserva legal do referido imóvel, ora pertencente a Ricardo Gattass, Sergio Gattass, Marcelo Gattass e Luiza Carmen Gonçalves de Oliveira Gattass.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA MONJOLO” LOCALIZADA EM CORUMBÁ/MS – CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NO PROCEDIMENTO – CERCAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – INSCRIÇÃO NO CAR – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar a regularidade ambiental do imóvel rural “Fazenda Monjolo” na comarca de Corumbá/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes. A área de preservação permanente foi devidamente cercada, além de ter sido realizada a inscrição no Castro Ambiental Rural. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

7. Inquérito Civil nº 13/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jose Rosa Guimarães

Assunto: Apurar eventual desmatamento de 204,431 ha sem licença ambiental na fazenda Porteira, localizada em Coxim-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE - APURAR A SUPOSTA SUPRESSÃO VEGETAL EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM VIGOR EM PROPRIEDADE RURAL LOCALIZADA EM COXIM/MS – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO AUTORIZADORA PARA A SUPRESSÃO REALIZADA DEVIDAMENTE EMITIDA PELO IMASUL - PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual dano ambiental na Propriedade Rural em questão, localizada no Município de Coxim/MS. No decorrer do procedimento foi verificada a regularidade da situação descrita nestes autos, vez que, a supressão vegetal fora realizada com a autorização do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, órgão ambiental responsável, ante o preenchimento dos requisitos necessários para a

obtenção da referida autorização. Ainda, verificou-se conforme vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental, que a propriedade não apresenta qualquer ilegalidade ambiental, eis que Área de Preservação Permanente e Reserva Legal da propriedade estão devidamente conservadas e isoladas, e não apresenta problemas com a conservação do solo. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

8. Inquérito Civil nº 4/2010.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávio Marchio, fazenda Engano Alciópolis/MS

Assunto: Apurar a degradação da área de preservação permanente e a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e a conservação do solo na propriedade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL LOCALIZADO EM COXIM/MS – CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NO PROCEDIMENTO – CERCAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – RECUPERAÇÃO DE ÁREA DE EROSÃO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural na comarca de Coxim/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes. A área de preservação permanente foi devidamente cercada e a recuperação da referida área está em andamento, bem como o avanço no processo de recuperação da área com erosão, conforme consta em fiscalização feita pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

9. Inquérito Civil nº 1/2014.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Celso Freitas de Oliveira

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda São Marcos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL LOCALIZADA EM PARANAÍBA/MS – CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NO PROCEDIMENTO – CERCAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO

PERMANENTE –INSCRIÇÃO NO CAR – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural na comarca de Paranaíba/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes. A área de preservação permanente foi devidamente cercada, e a recuperação da referida área será tratada em Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRADE e fiscalizada pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, com forme a formalização de inscrição no Castro Ambiental Rural. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

10. Inquérito Civil nº 39/2012.

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Selvíria

Assunto: Apurar a não existência de controle de compra e distribuição dos materiais/insumos adquiridos para a utilização nos locais de execução das jornadas do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (urbano e rural), irregularidade(s) detectada(s) em ação de controle promovida pela Controladoria-Geral da União em decorrência da 34ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de sorteios públicos, ocorrida no município de Selvíria.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL FALTA DE CONTROLE DE COMPRA E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS UTILIZADOS NA EXECUÇÃO DAS JORNADAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (URBANO E RURAL) - PETI – CONSTATAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA COM A INSTALAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTROLE EM TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual falta de controle de compra e distribuição de materiais utilizados na execução das jornadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (urbano e rural) - PETI, conforme consta neste procedimento. Os documentos juntados ao auto pela Prefeitura Municipal de Selvíria/MS informam que foram tomadas as medidas cabíveis visando a adequação necessária para o controle de compra e distribuição de materiais feitos pela administração municipal. Foi implantado sistema informatizado para a realização do referido controle em todos os setores da administração. Dessa forma, não subsistem, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

11. Inquérito Civil nº 62/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Condomínio Residencial Gabrielli

Assunto: Apurar possível dano ao meio ambiente noticiado através do Auto de Infração, decorrente da prática de crime ambiental previsto no artigo 80 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL POLUIÇÃO AMBIENTAL POR VAZAMENTO DE FOSSA SÉPTICA DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL EM TRÊS LAGOAS/MS – CONSTATAÇÃO DA CESSAÇÃO DA POLUIÇÃO AMBIENTAL– PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar e regularizar o problema quanto à poluição ambiental por vazamento de fossa séptica de Condomínio Residencial na cidade de Três Lagoas/MS, conforme descrito nas peças de informação. Neste sentido, conforme se denota da vistoria feita pela Secretaria de Meio Ambiente da cidade de Três Lagoas/MS, restou constatado que as providências necessárias foram tomadas pelo requerido, findando as irregularidades anteriormente noticiadas. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

12. Inquérito Civil nº 47/2011.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Amadeu Corbetta

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do empreendimento desenvolvido na Chácara da Cachoeira - localização geográfica 21k 0678804 UTM 7738792 - localidade do Rio Cachoeirão, em Terenos/MS, de propriedade de Amadeu Corbetta, que, segundo consta, explora atividade de Camping e pesqueiro sem licença ambiental, com construções em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL LOCALIZADA EM TERENOS/MS – CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NO PROCEDIMENTO – PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS – CONFECÇÃO DO PRADE – FISCALIZAÇÃO PELO IMASUL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural na comarca de Terenos/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes. Foi confeccionado o Projeto de Recuperação de Área Degradada pelo requerido e apresentado ao Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, o

qual realiza sua fiscalização por ser o órgão ambiental responsável, além do que, as atividades turísticas estão paralisadas. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

13. Inquérito Civil nº 6/2007.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clineu de Souza Barbosa

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais em razão da irregularidade jurídico-ambiental das fazendas Violeta, Miragem e São Sebastião, localizadas no município de Rio Brilhante - MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL E PRESERVAÇÃO PERMANENTE DAS PROPRIEDADES REQUERIDAS NA COMARCA DE RIO BRILHANTE/MS – FOI FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, E CONFORME DOCUMENTAÇÃO JUNTADA, AS OBRIGAÇÕES ÊM SIDO DEVIDAMENTE CUMPRIDAS — PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e preservação permanente das propriedades requeridas localizadas na Comarca de Rio Brilhante/MS. No decorrer do procedimento, com os documentos juntados aos autos, verificou-se que as obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta estão sendo devidamente cumpridas. Verifica-se ainda, que foi realizada a inscrição das propriedades no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e a fiscalização das medidas protecionistas ficarão a cargo do IMASUL. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

14. Inquérito Civil nº 23/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ivinhema e a empresa Luiz Carlos Catenacci -ME

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos contratos firmados entre o município de Ivinhema e a empresa Luiz Carlos Catenacci - ME (Carlinhos Pneus).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IMPROBIDADE EM RAZÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REQUERIDA PELA PREFEITURA DE IVINHEMA/MS – CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU ILEGALIDADE – COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DITAMES LEGAIS NA REALIZAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS

QUE PRECEDERAM OS CONTRATOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar possíveis ilegalidades em licitações e contratos firmados com a empresa requerida pela Prefeitura de Ivinhema/MS, conforme suposto nos autos. Ficou constatado que não ocorreu qualquer irregularidade ou ilegalidade na realização dos processos licitatórios e contratos, conforme se verificou dos documentos juntados aos autos. Não resta qualquer dúvida quanto à inexistência de irregularidade ou ilegalidade, não subsistem, assim, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

15. Inquérito Civil nº 19/2012.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Humberto Rezende Pereira

Assunto: Apurar eventual irregularidade na licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Terenos para locação de uma camioneta, efetuada por intermédio do Pregão nº 002/2010, bem como no contrato de nº 044/2010 de locação do referido veículo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE OU SUPERFATURAMENTO, EM RAZÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PELA PREFEITURA DE TERENOS/MS – CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU ILEGALIDADE – COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DITAMES LEGAIS NA REALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO QUE PRECEDEU O CONTRATO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar possível ilegalidade em licitação e contratação da empresa pela Prefeitura de Terenos conforme suposto nos autos. Ficou constatado que não ocorreu qualquer irregularidade ou ilegalidade na realização do processo licitatório, tampouco ficou caracterizado o elemento subjetivo do ato de improbidade, o dolo, conforme se verificou dos documentos juntados aos autos. Não resta qualquer dúvida quanto à inexistência de irregularidade ou ilegalidade, não subsistem, assim, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

16. Inquérito Civil nº 11/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar a regularidade do edital de Licitação Pregão Presencial nº 015/2013.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO

PÚBLICO E SOCIAL – APURAR A REGULARIDADE DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2013 PELA PREFEITURA DE SIROLÂNDIA/MS – CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU ILEGALIDADE – COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DITAMES LEGAIS NA REALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO QUE PRECEDEU O CONTRATO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar possível ilegalidade em licitação e contratação da empresa pela Prefeitura de Sidrolândia/MS conforme suposto nos autos. Ficou constatado que não ocorreu qualquer irregularidade ou ilegalidade na realização do processo licitatório, tampouco ficou caracterizado o elemento subjetivo do ato de improbidade, o dolo, conforme se verificou dos documentos juntados aos autos. Não resta qualquer dúvida quanto à inexistência de irregularidade ou ilegalidade, não subsistindo, assim, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

17. Inquérito Civil nº 1/2015.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa perpetrada pelo Chefe do Executivo ante o descumprimento por parte do Município de Camapuã no adimplemento do precatório n. 0007687-38.2011.8.12.0000, concernente ao exercício do ano de 2014.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PERPETRADA PELO CHEFE DO EXECUTIVO ANTE O DESCUMPRIMENTO POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ NO ADIMPLEMENTO DO PRECATÓRIO, CONCERNENTE AO EXERCÍCIO DO ANO DE 2014 – CONSTATAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA COM O PAGAMENTO DO PRECATÓRIO EM QUESTÃO – INEXISTÊNCIA DE DOLO, ELEMENTO SUBJETIVO DO ATO DE IMPROBIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual prática de improbidade administrativa perpetrada pelo Chefe do Executivo ante o descumprimento por parte do Município de Camapuã no adimplemento do precatório, concernente ao exercício do ano de 2014, conforme consta neste procedimento. Os documentos juntados ao auto pela Prefeitura Municipal de Camapuã/MS informam que foi realizado o pagamento da parcela única. Além do que, não restou comprovada a existência do elemento caracterizador do ato de improbidade - dolo. Dessa forma, não subsistem, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o

arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

18. Inquérito Civil nº 73/2014.

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar informação de falta de segurança no Aeroporto Municipal de Três Lagoas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL FALTA DE SEGURANÇA NO AEROPORTO MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS – CONSTATAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA – EFETIVA PRESENÇA DE FORÇAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO AEROPORTO DE TRÊS LAGOAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual falta de segurança no Aeroporto Municipal de Três Lagoas/MS, conforme consta neste procedimento. Os documentos juntados aos autos informam que foi regularizada a situação, eis que atualmente é verificada a presença de forças da segurança pública que atuam no Aeroporto de Três Lagoas. Além do trabalho já realizado pela Polícia Federal no local. Dessa forma, não subsistem, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

19. Procedimento Preparatório nº 31/2015.

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeito Municipal de Dourados, Murilo Zauith e o Secretário Municipal de Saúde, Sebastião Nogueira de Farias

Assunto: Apurar eventual descumprimento, por parte do Município, de ordens judiciais emanadas pelo Juízo da Infância e da Juventude desta Comarca nos autos nº 0000520-22.2015.8.12.0002 e nº 0805092-90.2012.8.12.0002, no que tange a não disponibilização de medicamentos e exames a pacientes necessitados.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS EMANADAS PELO JUÍZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – RESTOU CONSTATADO O CUMPRIMENTO DAS ORDENS JUDICIAIS PELO REFERIDO MUNICÍPIO – INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUANTO À PRESENÇA DE DOLO NOS FATOS, O QUE DESCARACTERIZA A OCORRÊNCIA DE ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual descumprimento, por parte do Município, de ordens judiciais emanadas pelo Juízo da Infância e da Juventude da Comarca de Dourados nos

autos n.º 0000520-22.2015.8.12.0002 e n.º 0805092-90.2012.8.12.0002, no que tange a não disponibilização de medicamentos e exames a pacientes necessitados, conforme consta dos fatos narrados neste procedimento. Vislumbrou-se que foram devidamente cumpridas as determinações judiciais. No que tange a prática de improbidade administrativa, não restou comprovado, conforme análise dos documentos juntados aos autos, o elemento subjetivo que caracteriza o ato de improbidade - dolo. Diante de toda o exposto, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

20. Procedimento Preparatório nº 32/2015.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto de Medicina e Odontologia Legal – IMOL

Assunto: Eventual irregularidade no fato de o Instituto de Medicina e Odontologia Legal - IMOL não ter enviado laudo de exame de corpo de delito de crime ocorrido em 25 de dezembro de 2014 até 09 de março de 2015, referente ao Processo n. 0000232-77.2015.8.12.0001.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO FATO DE O INSTITUTO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL (IMOL) NÃO TER ENVIADO LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO – INOCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU QUALQUER ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual irregularidade no fato de o Instituto de Medicina e Odontologia Legal- IMOL não ter enviado laudo de exame de corpo de delito conforme consta dos fatos narrados neste procedimento. Não se vislumbrou irregularidades ou qualquer ato de improbidade nos fatos narrados, vez que, conforme o teor dos documentos juntados aos autos, os laudos foram devidamente entregues em tempo hábil. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

21. Procedimento Preparatório nº 12/2015.

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual inadimplência contratual pela ASSETUR por não construir 1000(mil) pontos de ônibus cobertos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL PELA ASSETUR POR NÃO CONSTRUIR 1000 (MIL) PONTOS DE ÔNIBUS COBERTOS NA CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS – INOCORRÊNCIA DE

IRREGULARIDADE OU QUALQUER ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual inadimplência contratual pela Assetur por não construir 1000 (mil) pontos de ônibus cobertos na cidade de Campo Grande/MS, conforme consta na denúncia anônima acostada neste procedimento. Não se vislumbrou a existência de qualquer irregularidade ou ato de improbidade no presente caso, vez que, a Assetur não é parte legítima para realizar a obra, por ser apenas a associação de classe que dá suporte ao Consórcio Guaicurus, que é responsável pelo serviço de transporte de passageiros na capital. Verificou-se que a responsabilidade pela obra é da Prefeitura Municipal, que aguarda liberação do PAC pela Caixa Econômica Federal para iniciar a construção dos pontos de ônibus coberto. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

22. Inquérito Civil nº 102/2014.

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no exercício de comércio nas dependências do IMASUL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO EXERCÍCIO DE COMÉRCIO, POR SERVIDORA, NAS DEPENDÊNCIAS DO IMASUL – MERA IRREGULARIDADE – INEXISTÊNCIA DE DOLO, ELEMENTO SUBJETIVO DO ATO DE IMPROBIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual prática de improbidade administrativa, em razão de exercício de comércio, por servidora, nas dependências do IMASUL, conforme consta neste procedimento. Os documentos juntados - Procedimento de Sindicância realizado pelo IMASUL – demonstram que a servidora agiu com mera irregularidade, sem, no entanto, ficar provado a prática de ato de improbidade, ante a ausência do elemento caracterizador do ato ímprobo - dolo. Dessa forma, não subsistem, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

23. Inquérito Civil nº 134/2014.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Processo nº 39/300.129/2006, aberto para a prestação de serviço emergencial de recuperação da Central de PABX da

FERTEL.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO PROCESSO Nº 39/300.129/2006 REALIZADO PELA FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE MATO GROSSO DO SUL (FERTEL) – INOCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU QUALQUER ATO ÍMPROBO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual irregularidade no Processo nº 39/300.129/2006 o qual foi aberto para a prestação de serviço emergencial de recuperação de central de PABX da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul – FERTEL. Não se vislumbrou irregularidades ou qualquer ato de improbidade nos fatos narrados, conforme o teor dos documentos juntados aos autos. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

24. Inquérito Civil nº 78/2014.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Termo de Cooperação Mútua n. 6269 (Processo nº 39/300.052/2005), o qual supostamente obrigou a empresa Evolução Representações Ltda. a produzir os programas contratados com indícios de que estavam sendo utilizados equipamentos e servidor da FERTEL para execução das produções contratadas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N. 6269, NA UTILIZAÇÃO INDEVIDA, POR EMPRESA, DE EQUIPAMENTOS E SERVIDORES DA FUNDAÇÃO ESTADUAL JORNALISTA LUIZ CHAGAS DE RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DE MATO GROSSO DO SUL (FERTEL) PARA EXECUÇÃO DAS PRODUÇÕES CONTRATADAS – INOCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU QUALQUER ATO ÍMPROBO – INEXISTÊNCIA DE DOLO TAMPOUCO DE DANO AO ERÁRIO – VERIFICADA A PRESCRIÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual irregularidade no Termo de Cooperação Mútua n. 6269 (Processo nº 39/300.052/2005), no qual supostamente a empresa contratada produziu os programas com indícios de que estavam sendo utilizados equipamentos e servidor da Fundação Estadual Jornalista Luiz Chagas de Rádio e Televisão Educativa de Mato Grosso do Sul - FERTEL. Restou constatado a ocorrência da prescrição em relação aos fatos narrados. Além do que, não se vislumbrou irregularidades ou dano ao erário, conforme o teor dos documentos juntados aos autos. Não resta caracterizada a prática de ato de improbidade, ante não comprovação do

dolo, elemento subjetivo que caracteriza aquele. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

25. Inquérito Civil nº 1/2011.

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bataguassu.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais responsabilidades e a correção das imperfeições constatadas no Relatório de Auditoria Extraordinária nº 673/2010 que acolheu denúncia realizada pela Câmara Municipal de Bataguassu, Requerimento nº 153/2009, quanto ao elevado número de óbitos de recém-nascidos e natimortos ocorridos na Santa Casa de Bataguassu, e outras providências.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CIDADANIA – APURAR O ELEVADO NÚMERO ÓBITOS DE RECÉM-NASCIDOS E NATIMORTOS OCORRIDOS NA SANTA CASA DE BATAGUASSU/MS – VERIFICAÇÃO DA ADEQUAÇÃO FRENTE ÀS IRREGULARIDADES DETECTADAS – EFETIVA DIMINUIÇÃO NO NÚMERO DE MORTES DE RECÉM-NASCIDOS E NATIMORTOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas todas as medidas cabíveis para apurar o elevado número óbitos de recém-nascidos e natimortos ocorridos na Santa Casa de Bataguassu/MS. Verificou-se que a Santa Casa de Misericórdia realizou todas as adequações necessárias, conforme restou demonstrado nos documentos acostados ao procedimento. Além do que, restou efetivamente comprovada a diminuição significativa da morte de recém-nascidos e natimortos na comarca. Assim, não subsistem motivos para o prosseguimento deste Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

Processos incluídos na ordem do dia a pedido do Relator:

1. Inquérito Civil nº 17/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ideildes Moraes de Souza – Chácara Vista Alegre Parte II (Figueirão)

Assunto: Apurar notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Chácara Vista Alegre Parte II

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA CHÁCARA VISTA ALEGRE PARTE II, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS

TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Chácara Vista Alegre II, em Camapuã/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

2. Inquérito Civil nº 10/2009.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Luiz Faria

Assunto: Apurar eventual destruição ou dano em floresta considerada de preservação permanente na Fazenda Nossa Senhora da Abadia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA NOSSA SENHORA DA ABADIA, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Fazenda Nossa Senhora da Abadia, em Camapuã/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

3. Inquérito Civil nº 1/2009.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca

de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sylvio Mendes Amado e José Armando Cerqueira Amado – Fazenda Yapu (Figueirão).

Assunto: Apurar a existência de infração ambiental na Fazenda Yapu, consistente na ausência de isolamento total da área de preservação permanente e de técnicas de conservação do solo na propriedade do requerido.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA YAPU, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Fazenda Yapu, em Camapuã/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

4. Inquérito Civil nº 23/2009.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda São Paulo

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda São Paulo de propriedade de Pedro Stradiotti, localizado no município de Nioaque, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

Deliberação: à unanimidade, votou pela concessão da prorrogação do prazo no referido inquérito e devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem e a nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 9/2013.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Lopes e Nedson Carlos Pereira

Assunto: Apurar a prática de caça e matança de seis animais silvestres da espécie anta (*Tapirus terrestris*), na Fazenda São Sebastião, localizada no Município de Figueirão, nesta comarca, pelo senhor Francisco Lopes,

que agiu sob ordem do senhor Nedson Carlos Pereira, proprietário do referido imóvel rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR A PRÁTICA DE CAÇA E MATANÇA DE SEIS ANIMAIS SILVESTRES NA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO, LOCALIZADA EM FIGUEIRÃO/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar a prática de caça e matança de seis animais silvestres na Fazenda São Sebastião, localizada em Figueirão/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

6. Inquérito Civil nº 8/2008.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Estevão de Souza – Fazenda Barrinha (Figueirão)

Assunto: Apurar danos ambientais diversos, tais como danificação e destruição de mata Ciliar e falta de medidas protetivas em Área de Preservação Permanente - APP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA BARRINHA, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Fazenda Barrinha, em Camapuã/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o

acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

7. Inquérito Civil nº 1/2014.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Ivan Martini

Assunto: Apurar eventual prática de desmatamento ocorrido na Fazenda São José, de propriedade do requerido, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, OCORRIDO EM PROPRIEDADE RURAL DE PORTO MURTINHO/MS – CONSTATAÇÃO PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NO PROCEDIMENTO QUANTO AO DESMATAMENTO BEM COMO A REGENERAÇÃO DA VEGETAÇÃO – VINCULAÇÃO DE CRÉDITO EFETUADA PELO REQUERIDO PARA REPOSIÇÃO FLORESTAL – INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual desmatamento ocorrido na propriedade do requerido, sem autorização do órgão ambiental competente. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes. Vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental comprovou que a vegetação está em regeneração. Além do que, foi paga a multa imposta, bem como vinculado crédito para a reposição florestal. Foi efetivada a inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural – CAR. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

8. Procedimento Preparatório nº 5/2015.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

Requerente: Lais Violin Ciceri

Requerido: Município de Caarapó/MS

Assunto: Averiguar eventual omissão do município de Caarapó em solucionar o problema de erosão existente na Rua Maranhão, próximo aos lotes 113 e 114.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ/MS EM

SOLUCIONAR O PROBLEMA DE EROSÃO E ACÚMULO DE LIXO EM LOGRADOURO PÚBLICO – CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NA DENÚNCIA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual omissão do Município de Caarapó em solucionar o problema de erosão e acúmulo de lixo na Rua Maranhão, em Caarapó/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes sendo corrigido o solo e retirado o lixo do logradouro, e, portanto, cessaram os danos ao meio ambiente. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Procedimento Preparatório, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

9. Procedimento Preparatório nº 15/2015.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clodoaldo Oliveira de Rezende

Assunto: Apurar degradação ambiental em APP, consistente na construção de um açude sem licença ambiental na propriedade de Clodoaldo Oliveira de Rezende.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, CONSISTENTE NA CONSTRUÇÃO DE AÇUDE SEM LICENÇA AMBIENTAL NA PROPRIEDADE URBANA DE CASSILÂNDIA/MS – CONSTATOU-SE QUE FORAM TOMADAS AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS PARA REGULARIZAR OS PROBLEMAS NOTICIADOS NO PROCEDIMENTO – CERCAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SECAGEM E REGENERAÇÃO NAS ÁREAS DE AÇUDE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar a degradação ambiental em Área de Preservação Permanente, consistente na construção de açude sem licença ambiental na propriedade urbana, localizada em Cassilândia/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que foram providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes. A área de preservação permanente foi devidamente cercada e as áreas dos açudes secaram e regeneraram. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

10. Procedimento Preparatório nº 26/2011.

2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Henrique Gonçalves de Oliveira – Fazenda

Virgínia (Figueirão).

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Virgínia, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA VIRGÍNIA, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Fazenda Virgínia, em Camapuã/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Procedimento Preparatório, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

11. Procedimento Preparatório nº 47/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Carlos Oliveira Duailibi – Fazenda Valparaíso (Figueirão).

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Valparaíso situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA VALPARAÍSO, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – OBRIGAÇÕES EM CUMPRIMENTO – FISCALIZAÇÃO DO TAC POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Fazenda Valparaíso, em Camapuã/MS. No decorrer do

procedimento, verificou-se que estão sendo providenciadas as medidas necessárias para regularizar os problemas existentes conforme firmado em Termo de Ajustamento de Conduta, no entanto ainda existem obrigações a serem cumpridas. Neste sentido, e em atendimento aos termos do artigo 39 da Resolução 015/2007-PGJ, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Procedimento Preparatório, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

12. Procedimento Preparatório nº 25/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Agripino de Queiroz – Fazenda Ilda Iporã (Figueirão)

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Ilda Iporã, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO–MEIO AMBIENTE – APURAR DANOS AMBIENTAIS NA FAZENDA ILDA IPORÃ, EM CAMAPUÃ/MS – FIRMADO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INADIMPLENCIA DAS OBRIGAÇÕES – PROPOSITURA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO DO TAC – FISCALIZAÇÃO POR MEIO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NOS TERMOS DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO 015/2007-PGJ – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar danos ambientais diversos na Fazenda Ilda Iporã, em Camapuã/MS. No decorrer do procedimento, verificou-se o inadimplemento das obrigações firmadas no Termo de Ajustamento de Conduta, e consequentemente a propositura da Ação de Execução. Neste sentido, o acompanhamento do cumprimento integral do TAC será feito por meio de Procedimento Administrativo. Desta forma, por não haver outras providências a serem tomadas a não ser o acompanhamento do TAC pelo Procedimento Administrativo, não subsistem motivos para o prosseguimento do Procedimento Preparatório, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

1.2.2.5. CONSELHEIRA – RELATORA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 24/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Ivinhema e Pelaquim & Cia

Ltda. EPP (Agrovale)

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos contratos firmados entre o município de Ivinhema e a empresa Pelaquim & Cia Ltda. - EPP (Agrovale).

Deliberação: à unanimidade, nos termos do artigo 26, §5º da Resolução nº 15/2007, votou pela não homologação da promoção de arquivamento e comunicação ao Procurador-Geral de Justiça para a designação de outro membro do Ministério Público Estadual, para o prosseguimento das investigações, conforme determina o artigo 10, §4º, inciso II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do voto da Relatora.

2. Procedimento Preparatório nº 14/2015.

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Causar dano ao meio ambiente através de lançamento de resíduos sólidos na segunda lagoa.

Deliberação: à unanimidade, com fundamento no artigo 26, caput e §6º da Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem nos termos do voto da Relatora.

3. Procedimento Preparatório nº 10/2015.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Cassilândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Seringal Florestal S.A.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente na retirada e queima de madeira na área do Seringal Florestal S.A., localizada na zona rural do município de Cassilândia, noticiadas perante a Procuradoria da República no município de Três Lagoas/MS.

Deliberação: à unanimidade, com fundamento no artigo 26, caput e §6º da Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 3/2007.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Durval Ferreira de Medeiros Filho, proprietário da fazenda Santa Rita

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente, bem como a conservação do solo do imóvel rural denominada fazenda Santa Rita.

Deliberação: à unanimidade, com fundamento no artigo 26, caput e §6º da Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 7/2006.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anaurilândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marina Deluqui Breschnik Ribeiro de Lima

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a conservação do solo no imóvel rural denominado fazenda Santa Marina, situado neste município de Anaurilândia-MS.

Deliberação: à unanimidade, com fundamento no artigo 26, caput e §6º da Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem nos termos do voto da Relatora.

6. Procedimento Preparatório nº 8/2014.

2ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Nova Andradina.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul - IFMS

Assunto: Apurar informações acerca de possível fornecimento de alimentos inadequados para consumo no IFMS.

Assim, não sendo, portanto, de atribuição do órgão ministerial estadual a apuração dos fatos, sendo o Ministério Público Federal o órgão legitimado para o prosseguimento do presente procedimento, determino a baixa do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 8/2014 à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, remetendo-se o feito à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do Art. 9.º-A, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, com a nova alteração dada pela Resolução nº 126, de 29 de julho de 2015, para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias. EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL FORNECIMENTO DE ALIMENTOS INADEQUADOS PARA CONSUMO NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – AUTARQUIA FEDERAL – ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – COMPETÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – REMESSA DESTE PROCEDIMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS E ANOTAÇÕES: É COMO SE DECIDE.

Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências e anotações, nos termos do Art. 9.º-A, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, com a nova alteração dada pela Resolução nº 126, de 29 de julho de 2015, para que esta remeta os autos ao Ministério Público Federal, para adoção das providências que julgar necessárias, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 40/2012.

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

Requerente: Oséas Ohara de Oliveira

Requeridos: Município de Corumbá e outros

Assunto: Apurar denúncia de irregularidades na arrecadação e destinação de valores provenientes de pedágio, reforma da guarita e arrecadação e destinação de jogo beneficente.

Deliberação: à unanimidade, com fundamento no artigo 26, caput e §6º da Resolução nº 015/2007, de 27 de novembro de 2007, determinou o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 9/2014.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Dr. Mauri Valentim Riciotti, Corregedor Geral do Ministério Público

Requerida: Águas Guariroba e a Agência Reguladora - AGEREG

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em suposta omissão na apuração de irregularidades no abastecimento de água e esgoto sanitário em bares e restaurantes de Campo Grande, praticado em tese, pela Águas Guariroba e a Agência Reguladora - AGEREG.

Deliberação: à unanimidade, nos termos do artigo 26, §5º da Resolução nº 15/2007, votou pela não homologação da promoção de arquivamento e comunicação ao Procurador-Geral de Justiça para a designação de outro membro do Ministério Público Estadual, para o prosseguimento das investigações, conforme determina o artigo 10, §4º, inciso II, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do voto da Relatora.

9. Procedimento Administrativo nº 24/2014.

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Rio Brilhante.

Requerente: Priscylla Rodi Rodrigues

Requeridas: Selma Vicente Ribeiro e Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar a responsabilidade de enfermeira, ora requerida, que, no exercício da função, verificou a existência de patologia (tracoma) em infante, ora interessado, sem contudo, o mesmo possuí-la.

EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – RECURSO ADMINISTRATIVO – APURAR A RESPONSABILIDADE DE ENFERMEIRA – ERRO DE DIAGNÓSTICO DE TRACOMA – CONDUTA DENTRO DOS PADRÕES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, BEM COMO DOS PADRÕES DE CONSULTA E DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM – ACOLHIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – IMPROVIMENTO DO RECURSO. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que a conduta efetuada pela requerida quando da avaliação do paciente em questão, encontra-se dentro dos padrões do Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde, sendo que, nos termos do art. 11, inciso II, alínea “c”, da Lei nº 7.498/86, a enfermeira em questão agiu dentro dos padrões de

consulta e diagnóstico de enfermagem, os quais examinam pacientes na busca ativa do combate e tratamento do tracoma. Ressalta-se, outrossim, que a requerida realizou vários cursos de aperfeiçoamento, obtendo aptidão para diagnosticar a patologia Tracoma, tendo prestado auxílio posterior ao paciente, colocando-se à disposição para nova avaliação, esclarecendo sobre a possibilidade do agendamento com especialista clínico, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Brillante. Por fim, cumpre salientar que o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul informou sobre a impossibilidade de afirmar que a conduta da enfermeira em questão foi incorreta. Assim, vota-se pelo acolhimento da promoção de arquivamento e o consequente improvemento do recurso interposto pela requerente.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento e negou provimento ao recurso.

10. Procedimento Preparatório nº 108/2014.

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande.

Requerente: Direitos Humanos - Denúncia Disque 100

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – MATÉRIA REFERENTE À INFÂNCIA E JUVENTUDE, DE CUNHO EXCLUSIVAMENTE INDIVIDUAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando que o artigo 3.º, inciso IV, da Resolução n.º 005/CPJ/2012 estabelece como atribuição do Ministério Público, na área da infância e da juventude, a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de apurar possíveis violações a direitos EXCLUSIVAMENTE INDIVIDUAIS de crianças e adolescentes na esfera cível; considerando que o i. Promotor de Justiça da Comarca de origem instaurou o Procedimento Administrativo n.º 129/2015 (fls. 38/39), visando à continuidade das investigações, ante a necessidade de realização de diligências complementares; considerando que o presente procedimento trata de matéria referente à infância e juventude, de cunho exclusivamente individual, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

11. Procedimento Preparatório nº 121/2014.

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande.

Requerente: Direitos Humanos - Denúncia Disque 100

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES – MATÉRIA REFERENTE À

INFÂNCIA E JUVENTUDE, DE CUNHO EXCLUSIVAMENTE INDIVIDUAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando que o artigo 3.º, inciso IV, da Resolução n.º 005/CPJ/2012 estabelece como atribuição do Ministério Público, na área da infância e da juventude, a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de apurar possíveis violações a direitos EXCLUSIVAMENTE INDIVIDUAIS de crianças e adolescentes na esfera cível; considerando que o i. Promotor de Justiça da Comarca de origem instaurou o Procedimento Administrativo n.º 131/2015 (fls. 38/39), visando à continuidade das investigações, ante a necessidade de realização de diligências complementares; considerando que o presente procedimento trata de matéria referente à infância e juventude, de cunho exclusivamente individual, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

12. Procedimento Preparatório nº 10/2015.

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Jardim.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Henrique de Sá Braga, Presidente do Poder Legislativo de Jardim/MS

Assunto: Apurar provável ato de improbidade administrativa.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – NEPOTISMO – ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 1/2015 – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, porquanto o requerido acatou a Recomendação Administrativa n.º 1/2015 expedida pelo Ministério Público Estadual, promovendo a dispensa da servidora em questão, a qual estava cedida ao Poder Legislativo de Jardim pelo Estado de Mato Grosso do Sul, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

13. Inquérito Civil nº 10/2012.

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de processo erosivo no corredor de acesso localizado na propriedade pertencente a Ademir Albuquerque Matos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – OCORRÊNCIA DE PROCESSO EROSIVO NO CORREDOR DE ACESSO DE PROPRIEDADE RURAL – CONSTRUÇÃO DE BACIAS DE CONTENÇÃO – ESTRADA EM BOAS CONDIÇÕES DE PAVIMENTAÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto, conforme

Relatório de Vistoria Técnica n.º 37/CORTEC/2014 expedido pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução – DAEX, não foi constatado dano ou irregularidade no local, uma vez que foram construídas bacias de contenção, visando represar a água da chuva e evitar processos erosivos na referida estrada, a qual se encontra em boas condições de pavimentação. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

14. Inquérito Civil nº 2/2015.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de suposta improbidade administrativa, praticada pela Câmara Municipal de Anaurilândia, na nomeação de funcionários em cargos de comissão para exercer atribuições de servidores públicos efetivos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR NOTÍCIA DE SUPOSTA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CÂMARA MUNICIPAL – NOMEAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS EM CARGO DE COMISSÃO PARA EXERCEREM ATRIBUIÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS – ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E NOMEAÇÃO DOS APROVADOS – EXONERAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DOLO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatado que o objeto do feito está esgotado, porquanto a Câmara Municipal de Anaurilândia acatou a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, procedendo à realização de concurso público e a convocação dos aprovados, bem como promoveu a exoneração dos servidores comissionados, deixando apenas aqueles que exercem atribuições relativas à direção, chefia e assessoramento. Ressalta-se, outrossim, que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e improbo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, tendo a Câmara Municipal realizado os atos que lhe cabia, visando sanar a irregularidade constatada. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

15. Inquérito Civil nº 4/2007.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito.

Requerente: 4ª Cia de Polícia Militar Ambiental - Bonito/MS

Requerido: Geraldo de Almeida Silva, proprietário da

fazenda Santo Antônio, zona rural, Bonito-MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico-ambiental da propriedade onde se encontra instalada uma carvoaria, bem como se o referido imóvel cumpre sua função ambiental, principalmente no que diz respeito às áreas de preservação permanente, reserva legal e conservação de solo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL NA PROPRIEDADE RURAL EM QUESTÃO – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, RESERVA LEGAL E CONSERVAÇÃO DO SOLO – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas pelo requerido, mediante assinatura e cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

16. Inquérito Civil nº 49/2013.

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Universitário de Dourados-MS

Assunto: Apurar eventual improbidade administrativa em decorrência do constante no Relatório in loco feito pelo Conselho Municipal de Saúde, onde consta que inúmeros móveis, tais como macas e armários, todos com número de patrimônio do Estado de Mato Grosso do Sul, foram deixados ao relento nas dependências do Hospital Universitário de Dourados-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – BENS MÓVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DEIXADOS AO RELENTO NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE DOURADOS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos a inexistência de ato de improbidade administrativa, porquanto os bens móveis tutelados pelo Estado foram redistribuídos a outros municípios, para que tivessem a utilização adequada, restando poucos, inservíveis e em desuso, os quais passaram a ser guardados com zelo pela administração do Hospital Universitário, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

17. Inquérito Civil nº 17/2014.

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nioaque.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque/MS

Assunto: Apurar a ocorrência de insalubridade na Escola Municipal Guilherme Corrêa da Silva - Polo, em razão da infestação de pombos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE INSALUBRIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL GUILHERME CORRÊA DA SILVA – INFESTAÇÃO DE POMBOS – ACATAMENTO DAS DETERMINAÇÕES – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto a infestação dos pombos foi controlada, mediante o atendimento das determinações constantes do Relatório de Inspeção e da Notificação Sanitária pelo proprietário do terreno localizado ao lado da Escola Municipal em questão, o qual era o causador do problema, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

18. Inquérito Civil nº 10/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia.

Requerente: FETEMS - Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar descumprimento da lei federal que impõe o piso salarial dos profissionais de educação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESCUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL QUE IMPÕE O PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – ATUALIZAÇÃO DO PISO SALARIAL – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, conforme documento de fls. 35/42 e 57/59, o município atualizou o piso salarial dos profissionais de educação, em conformidade com a Lei n.º 11.738/2008. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

19. Procedimento Preparatório nº 3/2015.

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Paranaíba.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar a observância de reserva de vaga para as pessoas com deficiência em processo seletivo simplificado para contratação temporária pelo município de Paranaíba.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A OBSERVÂNCIA DE RESERVA DE VAGA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PELO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA – ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do

feito está esgotado, porquanto o município de Paranaíba acatou a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, comprometendo-se a observar a reserva de vagas para as pessoas com deficiência, quando houver abertura e realização de seleção pública simplificada para contratação de empregados temporários na Administração Pública, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

20. Inquérito Civil nº 32/2012.

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Tereza Maria Santos de Rezende

Requeridas: Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Agência Municipal de Habitação de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade praticado, em tese, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e EMHA, uma vez que uma área pública no bairro Estrela Dalva teria sido invadida, em ocupação irregular.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE PELA PREFEITURA MUNICIPAL – ÁREA PÚBLICA INVADIDA – OCUPAÇÃO IRREGULAR – FAMÍLIAS BENEFICIADAS DEVIDAMENTE CADASTRADAS NA EMHA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos a ausência de irregularidades a serem sanadas, porquanto a Agência Municipal de Habitação de Campo Grande – EMHA, visando atender famílias que viviam em situação de risco e necessitavam ser reassentadas ou que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, solicitou o parcelamento da área para fins de regularização fundiária, a qual foi dividida em 07 lotes, sendo que 5 deles foram transformados em lotes urbanos destinados a ocupação residencial, os quais foram distribuídos mediante análise das famílias que possuíam cadastro socioeconômico na referida agência, não se tratando, portanto, de área invadida conforme afirmou a requerente, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

21. Inquérito Civil nº 14/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Novo Horizonte do Sul

Assunto: Apurar irregularidades no tocante ao pagamento da gratificação denominada “CET” paga pelo município de Novo Horizonte do Sul a servidores públicos municipal de forma discricionária pelo Chefe do Executivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO TOCANTE AO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO – PAGAMENTO DISCRICIONÁRIO EFETUADO PELO

CHEFE DO EXECUTIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, porquanto o município de Novo Horizonte do Sul acatou a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, promovendo a alteração dos dispositivos legais constantes da Lei Complementar Municipal n.º 49/2013, por meio da aprovação e promulgação do projeto de Lei Complementar n.º 2/2015, que resultou na Lei Complementar n.º 64/2015, a qual fixou critérios objetivos e percentuais fixos para o pagamento da Gratificação de Condições Especiais de Trabalho – CET aos servidores públicos municipais, cessando, portanto, os percentuais flutuantes e pagamentos discricionários que eram feitos pela administração, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

22. Inquérito Civil nº 15/2014.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Vereadores abaixo

Assunto: Apurar a omissão dos Vereadores Murilo do Nascimento Valério, Fabiano da Silva Corrêa, Marcelo Oliveira Meireles, Ranulfo Veríssimo da Silva Filho, Gilberto José Silva, Maria Alves Meleiro, Lourival José Barbosa e Sebastião Felipe, que deixaram de praticar, indevidamente, ato de ofício, consistente em não investigar as infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito Municipal, sem motivação idônea; bem como apurar a omissão dos Vereadores Murilo do Nascimento Valério, Fabiano da Silva Corrêa, Marcelo Oliveira Meireles, Ranulfo Veríssimo da Silva Filho, Gilberto José Silva, Lourival José Barbosa, Sebastião Felipe, Igor Lopes Falcão e Robson Isaac de Castro Pertile, que deixaram de praticar, indevidamente, ato de ofício, consistente em não investigar as infrações político-administrativas praticadas pela Vereadora Maria Alves Meleiros, sem motivação idônea.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – OMISSÃO DE VEREADORES – DEIXAR DE INVESTIGAR AS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PRATICADAS POR PREFEITO E VEREADORA – LIVRE EXERCÍCIO DE VOTO – JUÍZO POLÍTICO E DISCRICIONÁRIO – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos a ausência de irregularidades a serem sanadas, porquanto os parlamentares são livres no exercício do voto, portanto não são obrigados a votar a favor da abertura de processo de impeachment, tratando-se de juízo político e discricionário, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

23. Inquérito Civil nº 2/2014.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Brasilândia

Assunto: Apurar casos de nepotismo na Administração Pública Municipal de Brasilândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A PRÁTICA DE NEPOTISMO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA – NOMEAÇÃO DE PARENTES DE VEREADORES – ACATAMENTO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, porquanto o requerido acatou a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, promovendo a exoneração dos servidores em situação caracterizadora de nepotismo, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

1.2.2.6. CONSELHEIRO – RELATOR GILBERTO ROBALINHO DA SILVA: 1. Inquérito Civil nº 9/2015.

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Fiscalizar o atendimento das normas técnicas de acessibilidade pela Companhia que presta serviços aéreos no Aeroporto Internacional de Campo Grande, nesta capital.

Deliberação: à unanimidade, votou pelo reconhecimento da atribuição do MP/MS para dar continuidade às investigações, e determinou a comunicação ao Procurador-Geral de Justiça para designação de outro membro do Ministério Público Estadual, para a continuidade das investigações, conforme determina o art. 10, § 4º, inciso II, da Resolução nº 23, do CNMP.

2. Inquérito Civil nº 17/2011.

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar se houve a venda ou a transferência de lotes situados no assentamento Carlos Roberto Soares de Melo, localizado na cidade de Sonora/MS.

Deliberação: à unanimidade, pela concessão da prorrogação de prazo, para conclusão do feito, por mais 90 dias.

3. Procedimento Administrativo nº 1/2011.

Promotoria de Justiça das Fundações da comarca de Sonora.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: FUNESS – Fundação Educacional e de Saúde de Sonora

Assunto: Análise da Prestação de Contas do exercício de

2010.

Deliberação: à unanimidade, pela concessão da prorrogação de prazo, para conclusão do feito, por mais 90 dias.

4. Inquérito Civil nº 16/2011.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dorvalino Zauchin

Assunto: Verificar se houve desmatamento sem licença ambiental em propriedade situada no município de Sonora/MS.

Deliberação: à unanimidade, pela concessão da prorrogação de prazo, para conclusão do feito, por mais 90 dias.

5. Inquérito Civil nº 18/2011.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Laudir Abreu da Rosa

Assunto: Apurar se houve a prática de infrações ambientais no lote 28 do assentamento Carlos Roberto Soares de Melo, localizado na cidade de Sonora/MS.

Deliberação: à unanimidade, pela concessão da prorrogação de prazo, para conclusão do feito, por mais 90 dias.

6. Inquérito Civil nº 15/2014.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Frigorífico Minerva

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais provocados pelo armazenamento inadequado de descarte de resíduo industrial provenientes de abatedouro de frigorífico.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS DANOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELO ARMAZENAMENTO INADEQUADO DE DESCARTE DE RESÍDUO INDUSTRIAL PROVENIENTE DE ABATEDOURO FRIGORÍFICO – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Esgotou-se o objeto do presente inquérito civil, porquanto não foi constatado dano ambiental praticado pelo requerido Frigorífico Minerva, sendo de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

7. Inquérito Civil nº 5/2012.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fernanda do Céu Pires Batassa

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Tivoli I, que margeiam o Rio Amambai, localizada neste município de Iguatemi, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais

vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA TIVOLI I, QUE MARGEIA O RIO AMAMBAI, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE IGUATEMI/MS – IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – PROTOCOLIZAÇÃO DO PRAD NO IMASUL – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O objeto do presente inquérito civil está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente constatadas foram devidamente sanadas com a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural, bem como com a elaboração e protocolização do Prad no Imasul. Assim, a promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

8. Inquérito Civil nº 1/2015.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tatiana de Mello Ramos

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO, EM TESE, PELA SERVIDORA MUNICIPAL TATIANA DE MELLO RAMOS EM DECORRÊNCIA DE POSSÍVEL DESLEIXO NAS MANIFESTAÇÕES JUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL/MS – AUSÊNCIA DE DOLO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a omissão da servidora pública Tatiana de Mello Ramos nos processos judiciais do município de Chapadão do Sul/MS não configura ato de improbidade administrativa por não haver dolo em sua conduta, tampouco prejuízo ao erário. Assim, esgotou-se o objeto do presente inquérito civil, sendo de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

9. Inquérito Civil nº 8/2014.

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos Certames Licitatórios referentes à aquisição de papel toalha pela Municipalidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL SUPERFATURAMENTO NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3.577/2013 REALIZADO PARA AQUISIÇÃO DE PAPEIS TOALHA PELO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL/MS – AUSÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os

autos, verifica-se que os preços dos papeis toalha adquiridos pelo Município no Processo Licitatório nº 3.577/2013 foram compatíveis com o valor de mercado, não havendo que se falar em superfaturamento da licitação. Assim, esgotou-se o objeto do presente inquérito civil, sendo de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

10. Inquérito Civil nº 33/2005.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Dois Irmãos

Assunto: Apurar ocorrência de dano ambiental, consistente em provocação e falta de medidas preventivas e de conservação do solo (processo erosivo) no imóvel rural denominado “Fazenda Dois Irmãos”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, CONSISTENTE EM PROVOCAÇÃO E FALTA DE MEDIDAS PREVENTIVAS E DE CONSERVAÇÃO DO SOLO (PROCESSO EROSIVO) NO IMÓVEL RURAL FAZENDA DOIS IRMÃOS – INSCRIÇÃO NO CAR – APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DO PRAD – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. De rigor a homologação da promoção de arquivamento, porquanto as irregularidades foram devidamente sanadas pela inscrição do imóvel rural no Cadastro Rural Ambiental, bem como pela aprovação e execução do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad) da Fazenda Dois Irmãos.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

11. Inquérito Civil nº 1/2009.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clarindo Aparecido Sabino Gimenez

Assunto: Apurar funcionamento de atividade potencialmente poluidora (carvoaria), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural denominado Fazenda Santa Rita.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA (CARVOARIA), SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, NO IMÓVEL RURAL FAZENDA SANTA RITA – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. De rigor a homologação da promoção de arquivamento, porquanto as irregularidades foram devidamente sanadas pela inscrição do imóvel rural no Cadastro Rural Ambiental, bem como pela paralisação da atividade potencialmente poluidora e responsabilização penal do requerido.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

12. Inquérito Civil nº 06.2015.00000099-1.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fausto Gonçalves Rodovalho

Assunto: Apurar a existência de infração ambiental na Fazenda Santa Helena.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NA FAZENDA SANTA HELENA – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando que o requerido Fausto Gonçalves Rodovalho adotou as medidas necessárias para sanar o dano ambiental inicialmente constatado, promovendo o isolamento da área de reserva legal e da área de preservação permanente, de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

13. Inquérito Civil nº 06.2015.00000098-0.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Iraci Gonçalves Rodovalho Araújo

Assunto: Apurar a existência de infração ambiental na Fazenda Santa Califórnia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A EXISTÊNCIA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL NA FAZENDA SANTA CALIFÓRNIA – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tem-se por esgotado o objeto do presente inquérito civil, porquanto a requerida Iraci Rodovalho Araújo adotou as medidas necessárias para sanar o dano ambiental inicialmente constatado, providenciando o isolamento da área de preservação permanente. Assim, a presente promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

14. Inquérito Civil nº 06.2015.00000097-0.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Faustina Custódio da Silva

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação do solo (curvas de nível) na Fazenda Potreirinho, situada na zona rural de Figueirão, pertencente a Faustina Custódio da Silva e outros.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO NA FAZENDA POTREIRINHO, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO, PERTENCENTE À FAUSTINA CUSTÓDIO DA SILVA – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

HOMOLOGADA. Tem-se por esgotado o objeto do presente inquérito civil, porquanto a requerida Faustina Custódio da Silva adotou as medidas necessárias para sanar o dano ambiental inicialmente constatado, promovendo o isolamento da área de reserva legal e da área de preservação permanente. Assim, a presente promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

15. Inquérito Civil nº 10/2008 - Anexo FIG.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Carlos de Rezende

Assunto: Apurar danos ambientais diversos, além de realização de atividade potencialmente poluidora, consistente na retirada de arenito e cascalho, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PRATICADO POR RUBENS CARLOS DE REZENDE CONSISTENTE EM INSTALAR ATIVIDADE POLUIDORA SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, ALÉM DE IRREGULARIDADES NA ÁREA DE RESERVA LEGAL, ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E CONSERVAÇÃO DO SOLO DA FAZENDA RONCADOR IV – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – FISCALIZAÇÃO DO TAC EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando a celebração de Termo de Ajustamento nos autos deste inquérito civil e a instauração de procedimento administrativo para fiscalização do cumprimento das obrigações, de rigor a homologação da promoção de arquivamento, nos termos do artigo 38 e artigo 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, com redação dada pela Resolução nº 005/2015-CPJ, de 20 de março de 2015.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

16. Inquérito Civil nº 2/2010 - Anexo FIG.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eliziário de Moraes Sobrinho e Nadir Moraes Rodovalho

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e terraceamento (curvas de nível) da propriedade denominada “Sítio Areia”, situada na zona rural de Figueirão, pertencente a senhora Nadir Moraes Rodovalho, bem como a exploração de floresta em área de reserva legal sem autorização prévia do órgão ambiental competente e o depósito de produto florestal (madeira) sem documento de origem florestal (DOF) cometidos pelo arrendatário, o senhor Eliziário de Moraes Sobrinho.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E NA ÁREA DE

RESERVA LEGAL DO SÍTIO AREIA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE FIGUEIRÃO/MS – TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA HOMOLOGADOS PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO –FISCALIZAÇÃO DOS TACS EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando a celebração de Termos de Ajustamento nos autos deste inquérito civil, com a devida homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público e a instauração de procedimento administrativo para fiscalização do cumprimento das obrigações, de rigor a homologação da promoção de arquivamento, nos termos do artigo 38 e artigo 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, com redação dada pela Resolução nº 005/2015-CPJ, de 20 de março de 2015.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

17. Inquérito Civil nº 26/2011.

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda São Clemente

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental consistente em destruição total da Área de Preservação Permanente – APP no referido imóvel rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL PRATICADO POR ALIRION GASQUES BAZAN EM VIRTUDE DE DESTRUIÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA FAZENDA SÃO CLEMENTE, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tem-se por esgotado o objeto do presente inquérito civil, porquanto o requerido Alirion Gasques Bazan adotou as medidas necessárias para sanar o dano ambiental inicialmente constatado, promovendo o isolamento da área de preservação permanente, a recuperação da área degradada e a protocolização do PRAD no IMASUL. Assim, a presente promoção de arquivamento merece ser homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

18. Inquérito Civil nº 53/2014.

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as condições de segurança do torcedor no Estádio André Borges, situado no município de Coxim - MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DOS TORCEDORES DO ESTÁDIO ANDRÉ BORGES, SITUADO NO MUNICÍPIO DE COXIM/MS –IRREGULARIDADES SANADAS– PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tem-se por esgotado o objeto do presente inquérito civil, porquanto todas as medidas necessárias para a segurança do torcedor foram devidamente adotadas pela Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul, sendo de rigor a homologação da promoção de arquivamento do presente inquérito civil.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

19. Inquérito Civil nº 7/2015.

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Depilmari Indústria e Comércio de Cosméticos de Ltda. - ME

Assunto: Apurar risco à segurança dos consumidores, em decorrência de eventuais irregularidades do local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO EMPREENDIMENTO DEPILMARI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME – PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Tem-se por esgotado o objeto do presente inquérito civil pela paralisação das atividades da empresa Depilmari Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.-ME, sendo de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

20. Inquérito Civil nº 19/2011.

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Ivan de Almeida

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa por parte do requerido, o qual possuiria imóveis não declarados ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e à Receita Federal, configurando, em tese, enriquecimento ilícito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO POR JOSÉ IVAN DE ALMEIDA, POIS POSSUIRIA IMÓVEIS NÃO DECLARADOS AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL E, POSSIVELMENTE, À RECEITA FEDERAL, CONFIGURANDO, EM TESE, ENRIQUECIMENTO ILÍCITO – ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NÃO COMPROVADO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Esgotou-se o objeto do presente inquérito civil, haja vista não ter restado comprovado enriquecimento ilícito por parte do requerido José Ivan de Almeida. Assim, de rigor a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

21. Inquérito Civil nº 2/2015.

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca

de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reatores Brasil Ltda.

Assunto: Apurar a instalação e a operação do empreendimento denominado “Reatores Brasil LTDA”, CNPJ nº 00.125.048/0001-26, localizado na Rua Secundária 14, S/N, Quadra 17, Lote E, Núcleo Industrial, em Campo Grande-MS, por estar operando atividade potencialmente poluidora sem licença ou autorização ambiental válida ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO REATORES BRASIL LTDA., CNPJ Nº 00.125.048/0001-26, LOCALIZADO NA RUA SECUNDÁRIA 14, S/N, QUADRA 17, LOTE E, NÚCLEO INDUSTRIAL, EM CAMPO GRANDE-MS, POR ESTAR OPERANDO ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA SEM LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, porquanto a irregularidade inicialmente constatada foi devidamente sanada pela regularização da atividade da empresa REATORES BRASIL LTDA., por meio da expedição de Licença de Operação nº 03.284/2015 pelo município de Campo Grande/MS.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

22. Inquérito Civil nº 56/2009.

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Laureano Ribeiro, Petrobrás Distribuidora S.A.

Assunto: Apurar a instalação e a operação do posto de combustível Possari e Rosa Ltda., nome fantasia Auto Posto União, localizado na av. Calógeras, 957, bairro Vila Oliveira, em Campo Grande-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A INSTALAÇÃO E A OPERAÇÃO DO POSTO DE COMBUSTÍVEL POSSARI E ROSA LTDA., NOME FANTASIA AUTO POSTO UNIÃO, LOCALIZADO NA AV. CALÓGERAS, 957, BAIRRO VILA OLIVEIRA, EM CAMPO GRANDE-MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA INTEGRALMENTE CUMPRIDO – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que se esgotou o objeto do inquérito civil pelo cumprimento integral do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado, sanando as irregularidades ambientais inicialmente constatadas.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

1.2.2.7. CONSELHEIRO – RELATOR AROLD O JOSÉ DE LIMA: 1.Procedimento Preparatório nº 54/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Everardo Tanganelli Júnior

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda São Francisco, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA SÃO FRANCISCO, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

2. Procedimento Preparatório nº 55/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Izabel Cáceres Sanches e João Sanches Júnior

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Santa Izabel do Figueirão, situada na zona rural de Figueirão, pertencente aos requeridos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA SANTA IZABEL DO FIGUEIRÃO, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

3. Procedimento Preparatório nº 27/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca

de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Barbosa de Farias

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Pedra Bonita, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA PEDRA BONITA, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

4. Procedimento Preparatório nº 15/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Otacílio Gonçalves Rodovalho

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Babilônia, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA BABILÔNIA, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

5. Procedimento Preparatório nº 46/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Idevaldo Almeida Pina e Iraides Rodovalho Pina

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Sete Copa, situada na zona rural de Figueirão, pertencente aos requeridos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA SETE COPA, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

6. Procedimento Preparatório nº 50/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Nova Holanda Ltda.

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Nova Holanda (antiga Fazenda Matinha), situada na zona rural de Figueirão, pertencente à requerida.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA NOVA HOLANDA, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

7. Procedimento Preparatório nº 16/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdir Gonçalves Rodovalho

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) na Fazenda Rodovalho, situada na zona rural de Figueirão, pertencente ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NA FAZENDA RODOVALHO, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

8. Procedimento Preparatório nº 58/2011.

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wagner Lopes dos Santos

Assunto: Apurar a notícia de ausência de isolamento (cerca) das áreas de preservação permanente e técnicas de conservação de solo (curvas de nível) nas Fazendas Elizabeth e Ipiranga, situadas na zona rural de Figueirão, pertencentes ao requerido.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – MEIO AMBIENTE – APURAR A NOTÍCIA DE AUSÊNCIA DE ISOLAMENTO (CERCA) DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DE SOLO (CURVAS DE NÍVEL) NAS FAZENDAS ELIZABETH E IPIRANGA, SITUADA NA ZONA RURAL DE FIGUEIRÃO - ARQUIVAMENTO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – RESOLUÇÃO nº 005/CPJ/2015 – INSTAURAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Em virtude do que estabelece o artigo 2º da Resolução nº 005/CPJ/2015, resta prejudicado o seguimento do presente procedimento. Homologação que se impõe.

Deliberação: à unanimidade, homologou o arquivamento.

Campo Grande, 25 de novembro de 2015.

Aroldo José de Lima

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO
FUNCIONAL**

EDITAL Nº 09/2015/SPJPP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã (MS), torna pública a convocação da candidata **Sherilyn Marjoe Ferriol de Andrade Benites** aprovada na prova escrita, referente ao Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Direito (EDITAL Nº 001/2015 - SPJPP), a fim de que apresente os documentos necessários a sua contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação oficial deste.

Ponta Porã (MS), 20 de novembro de 2015.

a) Gabriel da Costa Rodrigues Alves
Promotor de Justiça

**Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de
27.7.2010.**

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

II – declaração ou certidão de **matrícula atualizada**, emitida pela instituição de ensino, que informe o **ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso**;

III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;

IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;

V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.

VI – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

VII - atestado de exame ABO-RH;

VIII- número da agência e da conta corrente no **Banco do Brasil**;

IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;

X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAf) digitalizada em todos os campos e assinada.

SECRETARIA-GERAL

EDITAL Nº 003/2015/PJGD/ADM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE

MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da **PROMOTORIA DE JUSTIÇA** da Comarca de **GLÓRIA DE DOURADOS**, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010 e disposições do art. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, e, após **ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE previsto no Edital nº 001/PJGD/2015**, torna pública a lista de classificação dos candidatos e o **GABARITO PRELIMINAR do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESTAGIÁRIO DO ENSINO MÉDIO**, para conhecimento de todos os interessados, conforme abaixo discriminados. Informamos ainda que no prazo de 02(dois) dias, a contar da publicação deste resultado no diário Oficial do MP – DOMP, poderá ser interposto recurso pelo interessado, dirigido ao órgão aplicador da prova, para verificação de erro material.

Glória de Dourados, 25 de novembro de 2015.

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA
Promotor de Justiça

Anexo I

	Nome	Nota	Resultado	Classificação
1-	Sinara Costa dos Santos	6,00	Aprovada	1º
2-	Lellyel Junior C. Leal	5,50	Aprovado	2º
3-	Gustavo Monfré Bordinhon	5,50	Aprovado	3º
4-	Elis Stefani O. Santos	5,20	Aprovada	4º
5-	Isadora Gomes Vilani	4,75	Reprovada	Desclassificado
6-	Luiz Henrique M. dos Santos	4,75	Reprovado	Desclassificado
7-	Priscila Gomes dos Santos	4,75	Reprovada	Desclassificado
8-	Alexandre Vieira da Silva	4,50	Reprovado	Desclassificado
9-	João Pedro Rezende Azevedo	4,25	Reprovado	Desclassificado
10-	Suiany Carolline da Silva Ramos	4,25	Reprovada	Desclassificado
11-	Gabriella Laísa S. de Marceno	4,25	Reprovada	Desclassificado
12-	Wilson Sutiér Júnior	4,25	Reprovado	Desclassificado
13-	Gilayne de Souza Costa	4,25	Reprovada	Desclassificado
14-	Lara Estéfany Medeiros Nascimento	4,25	Reprovada	Desclassificado
15-	Pablo Sérgio do N. Silva	4,25	Reprovado	Desclassificado
16-	Edna Inácio Pereira	4,00	Reprovada	Desclassificado
17-	Estefani Silva Vieira	4,00	Reprovada	Desclassificado
18-	Raiane de Lima Figueiredo	4,00	Reprovada	Desclassificado
19-	Felipe Souza Santos	3,75	Reprovado	Desclassificado
20-	Valéria Artur Dionizio Barnabé	3,75	Reprovada	Desclassificado
21-	Valdir Junio da Silva Sobral	3,75	Reprovado	Desclassificado
22-	Karine de Souza Domingos	3,50	Reprovada	Desclassificado
23-	Vanessa da Silva Pontes	3,50	Reprovada	Desclassificado
24-	Vitor dos Santos Sanches	3,50	Reprovado	Desclassificado
25-	Larissa Camila Leal	3,50	Reprovada	Desclassificado
26-	Gabriel Arantes da Silva Santana	3,00	Reprovado	Desclassificado
27-	Tayna da Silva Queiroz	3,00	Reprovada	Desclassificado
28-	Ana Beatriz Pereira da Silva	3,00	Reprovada	Desclassificado
29-	Natan Batista da Silva	3,00	Reprovado	Ausente
30-	Sereze Massi Mariano	3,00	Reprovado	Desclassificado
31-	Lorena Giovana de Oliveira Castro	3,00	Reprovada	Desclassificado
32-	Guilherme V. Pereira de Souza	2,75	Reprovado	Desclassificado
33-	Wesley Rodrigues Lima	2,50	Reprovado	Desclassificado
34-	Luis Fhiplipe Bernal da Silva	2,50	Reprovado	Desclassificado
35-	Lorelly Rodrigues da Silva Cavalcante	1,25	Reprovada	Desclassificado
36-	Andressa Seraphim Araujo	-	-	Ausente
37-	Izamara Aliesh Gonçalves Nascimento	-	-	Ausente
38-	Jakeline Alves do Carmo	-	-	Ausente
39-	Jaqueline Portugal Mota	-	-	Ausente
40-	Jenifer Martins França	-	-	Ausente
41-	João Victor Ferreira Ramos	-	-	Ausente
42-	Maiara de Lima França	-	-	Ausente
43-	Patrícia Rodrigues de Freitas	-	-	Ausente
44-	Wilton Pereira Krusziako	-	-	Ausente

Glória de Dourados, 25 de novembro de 2015

VICTOR LEONARDO DE MIRANDA TAVEIRA
Promotor de Justiça

Anexo II ao Edital nº 03.PJGD.2015-ADM

GABARITO PRELIMINAR

1: C	2: E	3: E	4: A	5: C	6: B	7: B	8: B	9: C	10: D
11: D	12: E	13: D	14: C	15: A	16: E	17: D	18: E	19: E	20: A
21: E	22: D	23: B	24: C	25: C	26: B	27: E	28: D	29: C	30: B
31: D	32: E	33: A	34: E	35: C	36: D	37: B	38: B	39: E	*40:

- **Questão nº 40 ANULADA, sendo atribuído ponto para todos os candidatos.**

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Promotor de Justiça e Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos do art. 30, § 3º, da Resolução n. 15/2010-PGJ, prorrogar pelo período de mais 1 (um) ano, a contar de 29 de outubro de 2015, o Processo Seletivo Simplificado para Estagiário das **Promotorias de Justiça da comarca de Nova Andradina**, objeto do Edital n. 001/2014/PJ Ivinhema, publicado no DOMP-MS n. 001/2014-PJNA – ENSINO MÉDIO – Nova Andradina, publicado no DOMP-MS n. 899, de 17 de setembro de 2014, p. 15/17 (Processo PGJ/10/2862/2014).

Campo Grande, 25 de novembro de 2015.

Rodrigo Stephanini

Promotor de Justiça

Secretário-Geral do MP/MS

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Promotor de Justiça e Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos do art. 30, § 3º, da Resolução n. 15/2010-PGJ, prorrogar pelo período de mais 1 (um) ano, a contar de 4 de dezembro de 2015, o Processo Seletivo Simplificado de Seleção de Estagiários de Ensino Médio das **Promotorias de Justiça da comarca de Ivinhema**, objeto do Edital n. 001/2014/PJ Ivinhema, publicado no DOMP-MS n. 924, de 22 de outubro de 2014, p. 9/10 (Processo PGJ/10/3117/2014).

Campo Grande, 25 de novembro de 2015.

Rodrigo Stephanini

Promotor de Justiça

Secretário-Geral do MP/MS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº **64/PGJ/2015**.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de pesquisa de preços, reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses, para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- **Local:** Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS.

- **Data:** 11 de dezembro de 2015.

- **Horário:** 14 horas.

- **Telefone para contato:** 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br ou na sede do Ministério Público Estadual – PGJ.

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pelo Sr. Secretário-Geral do MP/MS, em 24/11/2015:

- Pregoeiro: Wellington Gradella Marthos;

- Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Cleber do Nascimento Gimenez;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplente da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes;

- Fiscalização do Contrato: Departamento de Serviços-Gerais/PGJ

Campo Grande, 25 de novembro de 2015.

Wellington Gradella Marthos

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato da Nota de Empenho 2015NE005282 de 24.11.2015 - Processo PGJ/10/3649/2015.

Credor: COMERCIAL T & C LTDA – EPP.

Ordenador de despesa: **Rodrigo Jacobina Stephanini**, Promotor de Justiça/Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de broca de aço rápido 8,0MM – 20 unidades.

Valor: R\$ 120,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE005282, de 24.11.2015. Ata de Registro de Preços n. 037/2015 – Pregão Eletrônico n. 017/2015, da Secretaria de Estado de Administração – SAD.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de Empenho 2015NE005283 de 24.11.2015 - Processo PGJ/10/3649/2015.

Credor: SANTOS & BARBOSA DE SOUZA LTDA. – ME.

Ordenador de despesa: **Rodrigo Jacobina Stephanini**, Promotor de Justiça/Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de broca de aço rápido 10,0MM – 10 unidades.

Valor: R\$ 112,90 nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE005283, de 24.11.2015. Ata de Registro de Preços n. 037/2015 – Pregão Eletrônico n. 017/2015, da Secretaria de Estado de Administração – SAD.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de Empenho 2015NE005284 de 24.11.2015 - Processo PGJ/10/3649/2015.

Credor: DILUZ COMERCIO DE MAT. ELETRICOS LTDA. – EPP.

Ordenador de despesa: **Rodrigo Jacobina Stephanini**, Promotor de Justiça/Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de cordão flexível plastificado paralelo, 300v, 2X1,5MM, rolo com 100 metros – 2 unidades e cordão flexível plastificado paralelo, 300v, 2X4MM, rolo com 100 metros – 2 unidades.

Valor: R\$ 681,80 nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE005284, de 24.11.2015. Ata de Registro de Preços n. 037/2015 – Pregão Eletrônico n. 017/2015, da Secretaria de Estado de Administração – SAD.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de Empenho 2015NE005286 de 24.11.2015 - Processo PGJ/10/3649/2015.

Credor: 2 A COMERCIAL LTDA. ME

Ordenador de despesa: **Rodrigo Jacobina Stephanini**, Promotor de Justiça/Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de **broca** de aço rápido 3,0MM – 30 unidades; **bateria** de 9V – 10 unidades e **broca** de aço rápido 6,0MM – 20 unidades.

Valor: R\$ 259,70 nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE005286, de 24.11.2015. Ata de Registro de Preços n. 037/2015 – Pregão Eletrônico n. 017/2015, da Secretaria de Estado de Administração – SAD.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato da Nota de Empenho 2015NE005285 de 24.11.2015 - Processo PGJ/10/3649/2015.

Credor: MB COMERCIO DE MAQ. FERRAM. E SERV. EIRELI – EPP.

Ordenador de despesa: **Rodrigo Jacobina Stephanini**, Promotor de Justiça/Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: aquisição de **broca** de aço rápido 4,0MM – 20 unidades.

Valor: R\$ 48,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2015NE005285, de 24.11.2015. Ata de Registro de Preços n. 037/2015 – Pregão Eletrônico n. 017/2015, da Secretaria de Estado de Administração – SAD.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Extrato do Convênio celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo João Albino Cardoso Filho e o **BANCO DAYCOVAL S.A.**, representado por Salim Dayan e por Morris Dayan.

Processo: PGJ/10/2423/2013

Objeto: Permitir o processamento de averbação de consignações, a seu favor, na remuneração dos membros e servidores ativos, inativos e de pensionistas do Ministério Público Estadual, através da folha de pagamento elaborada pela Secretaria de Recursos Humanos.

Amparo Legal: Ato Nº 460/PGJ/MP-MS/99

Vigência: 24 meses, com início na assinatura.

Data da assinatura: 22 de novembro de 2015.

Extrato Contrato nº 50/PGJ/2015

Processo: PGJ/10/2898/2015

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo **João Albino Cardoso Filho**.

2- **DECORAÇÕES PANTANAL LTDA.-EPP**, representada por **Johni Ecco**.

Procedimento Licitatório : Pregão Presencial n.º 51/PGJ/2015

Amparo Legal: Lei n.º 10.520/2002 e subsidiariamente Lei nº 8.666/93.

Objeto: Execução de serviços de instalação de soleiras e bancada em granito, piso laminado, forro, divisórias em placas de gesso etc, incluído o fornecimento de todo o material necessário, para execução dos serviços na Promotoria de Justiça de Campo Grande – Unidade Rua da Paz.

Valor: R\$ 23.998,36, nos termos das Notas de Empenho nº 2015NE005167, de 17.11.2015.

Vigência: 19.11.2015 a 16.02.2016.

Data de assinatura: 19.11.2015.

Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 13/PGJ/2014 – Publicada no DOMP -MS n.º 958, de 15 de dezembro de 2014 (páginas 07/08); republicada no DOMP – MS n.º 1039, de 5 de maio de 2015 (página 10) e no DOMP-MS n.º 1103, de 05 de agosto de 2015 (página 10).

(Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei n.º 8.666/1993)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/PGJ/2014

DO OBJETO: Registro de preços unitários para a aquisição de equipamento de informática (leitor biométrico), conforme especificações constantes a seguir:

Item	Especificação do produto	un.	Previsão de Consumo (anual)	Preço unitário (R\$)
1	LEITOR BIOMÉTRICO , conforme as seguintes características técnicas: - Resolução de 500DPI ou superior; - Interface USB 2.0; - Leitor do tipo Óptico com superfície protegida de arranhões; - Ângulo de Captura de 360°; - Suporta tensão de entrada: 5VDC / 500mA; - Temperatura de Operação entre -20~60°C; - Certificação nos padrões CE, FCC, MIC e WHQL; - Em conformidade com as Normas: ANSI-378-2004; - Qualidade de imagem: NIST NFIQ; - Driver compatível para Windows XP/Vista/7/8 (32 e 64bits), Linux (kernel 2.6 ou superior); - Tempo de captura de 300 milissegundos (no mínimo); - Tecnologia de detecção de dedo vivo (LFD); - Tamanho de imagem de 248 x 292 pixels ou superior, com 256 tons de cinza; - Manuais em português, contendo todas as informações sobre o produto e suas funcionalidades, com as instruções para a instalação, configuração, operação das	un.	40	R\$ 380,00

funcionalidades e administração do equipamento, confeccionados pelo fabricante, podendo ser em meio físico ou digital (não serão aceitos manuais em outros idiomas traduzidos pelo licitante, impressão de páginas de ajuda ou site, cópias ou qualquer outro tipo de documento que não seja adotado pelo fabricante para a comercialização do equipamento no Brasil);			
-Prazo de garantia: por um período mínimo de 12 (doze) meses.			
Obs.: Os equipamentos deverão ser novos e de primeiro uso.			
Marca: FINGERTECH/Fingkey Hamster III			
Empresa Vencedora: INFORTECH INFORMATICA LTDA			

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DA ASSINATURA: 02.12.2014.

Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 14/PGJ/2014 – Publicada no DOMP-MS n.º 964, de 08 de janeiro de 2015; republicada no DOMP-MS n.º 1039, de 05 de maio de 2015 (página 08) e no DOMP-MS n.º 1103, de 05 de agosto de 2015 (página 11).

(Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei n.º 8.666/1993)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/PGJ/2014

DO OBJETO: Registro de preços unitários para a aquisição de discos rígidos, conforme especificações constantes a seguir:

Item	Especificação do produto	un.	Previsão de Consumo (anual)	Preço unitário (R\$)
1	Disco rígido , com as seguintes características: Compatível com storage HP modelo EVA P6300; padrão SAS; deve suportar tecnologia Hot-plug; tamanho: 2,5" (polegadas); capacidade mínima: 300 GB; velocidade de rotação: 15.000 RPM; tempo médio de busca (seek time) de no máximo: 3,0 ms; deve acompanhar gaveta original Hot-plug de 2,5" (polegadas) para instalação. Marca/Modelo: HP M6625 300GB Empresa Vencedora: DRIVE A INFORMÁTICA LTDA.	un.	50	R\$ 2.350,00
2	Disco rígido , com as seguintes características: compatível com servidor tipo Blade marca HP modelo ProLiant BL460c Gen7; padrão SAS; deve suportar tecnologia Hot-plug; tamanho: 2,5" (polegadas); capacidade mínima: 300 GB; velocidade de rotação: 15.000 RPM; tempo médio de busca (seek time) de no máximo: 3,0 ms; deve acompanhar gaveta original Hot-plug de 2,5" (polegadas) para instalação. Marca/Modelo: HP 300GB Empresa Vencedora: DRIVE A INFORMÁTICA LTDA.	un.	4	R\$ 2.590,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2014.

Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 07/PGJ/2015 – Publicada no DOMP-MS n.º 1108, de 13 de agosto de 2015 (página 13).

(Republicação conforme estabelecido no art. 15, §2º, da Lei n.º 8.666/1993)

PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/PGJ/2015-SRP

DO OBJETO : O registro de preços unitários para eventual aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis (anticorrosivo, adesivo, aditivo, tinta acrílica, etc.), ofertados pelas empresas adiante identificadas, conforme especificações constantes a seguir:

Item	Especificação dos produtos	Unid.	Previsão de Consumo (anual)	Preço unitário (R\$)
1	Anticorrosivo e antioxidante, para a proteção de superfícies ferrosas (zarcão). Galão de 3,6 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor ou Coral Premium. Marca: _____	gl.	10	Não registrado
2	Acelerador de pega para concreto e argamassas, utilizado para rápido endurecimento e altas resistências iniciais ao cimento Portland. Balde 20Kg. Marcas de referência: Viapol, Sika, Basf ou Otto Baumgart. Marca: Viapol Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	balde	3	129,00
3	Adesivo estrutural à base de resina epóxi de média viscosidade (fluido), bicomponente e de pega normal, formulado para ancoragens em geral e colagens de concreto velho com concreto novo e chapas metálicas. Embalagem contendo 1kg. Marcas de referência: Viapol, Sika, Basf ou Otto Baumgart. Marca: Otto Baumgart. Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	un.	6	38,00
4	Aditivo impermeabilizante de concretos e argamassas por hidrofugação do sistema capilar. Utilização: impermeabilização de concretos e argamassas pela redução do ângulo de molhagem dos poros dos substratos, permitindo a respiração dos materiais, mantendo os ambientes salubres. Balde 18 Kg. Marcas de referência: Viapol, Sika, Basf ou Otto Baumgart. Marca: Viapol Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	balde	10	49,50
5	Fita Dupla face VHB (viscoelástica e de alta aderência), composta de massa de adesivo acrílico transparente, rolo com 12mm x 20m. Marca: 3M Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	rolo	100	35,90
6	Manta asfáltica, 4mm, fabricada a partir da modificação física do asfalto com mescla de polímeros especiais, permitindo aderência, elasticidade, durabilidade e resistência. Estruturada com véu de fibra de vidro, imputrescível e não higroscópico, de elevada estabilidade dimensional. Rolo com 10m. O produto deverá atender a NBR 9952/2007, norma vigente. Marca: Otto Baumgart Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	rolo	10	229,90
7	Lubrificante spray, anticorrosivo e desengripante, embalagem contendo 190g. Marcas de referência: Wurth, 3M, Wd40, Starret e Loctite. Marca: _____	un.	30	Não registrado
8	Tinta Acrílica composta de resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, álcoois e tensoativos etoxilados. Cor branco gelo. Lata contendo 18 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor, Coral Premium ou Ibratin. Marca: Ibratin Fornecedora: D3M NEGÓCIOS MERCANTIS E INFORMÁTICA LTDA.-ME	lata	25	159,00
9	Tinta acrílica composta de resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, álcoois e tensoativos etoxilados. Cor branco neve. Lata contendo 18 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor, Coral Premium ou Ibratin. Marca: Ibratin Fornecedora: D3M NEGÓCIOS MERCANTIS E INFORMÁTICA LTDA.-ME	lata	10	159,00
10	Selador acrílico composto de resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno-acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados. Lata contendo 18 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor, Coral Premium ou Ibratin. Marca: Suvinil Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	lata	8	97,00
11	Rejunte cor cinza platina, para rejuntamento de revestimentos dos tipos porcelanatos, cerâmicas (esmaltadas e não esmaltadas) e pedras naturais, para utilização em juntas de 2 a 10mm em pisos e paredes de ambientes internos, externos e fachada. Embalagem contendo 1kg.	un.	25	2,30

	Marca: Crystalit Fornecedora: D3M NEGÓCIOS MERCANTIS E INFORMÁTICA LTDA.-ME			
12	Rejunte cor branca para rejuntamento de revestimentos dos tipos porcelanatos, cerâmicas (esmaltadas e não esmaltadas) e pedras naturais, para utilização em juntas de 2 a 10mm em pisos e paredes de ambientes internos, externos e fachada. Embalagem contendo 1kg. Marca: Crystalit Fornecedora: D3M NEGÓCIOS MERCANTIS E INFORMÁTICA LTDA.-ME	un.	15	2,30
13	Revestimento semiflexível, impermeabilizante e protetor, bicomponente, à base de cimento Branco, areias e resina acrílica para uso em concreto, argamassa ou alvenaria, alta aderência e impermeabilidade. Aplicação: impermeabilização de subsolos, baldrame e galerias de água pluviais, evitando a entrada de umidade em subsolos. Composto de 2 (dois) componentes A (líquido) e B (pó). Caixa ou balde com 18kg. Marcas de referência: Viapol, Sika, Basf ou Otto Baumgart. Marca: Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	balde	60	Não registrado
14	Selante monocomponente, à base de poliuretano, tixotrópico, cura através da umidade do ar, para juntas com largura máxima de 3,5 cm e a profundidade máxima do selante de 1,5 cm. Impermeabilização de juntas entre tijolos, blocos de concreto. Cor cinza. Bisnaga/cartucho contendo 300g ou 300ml. Marcas de referência: Viapol (PU25), Sika (Sikaflex construction), Basf (NP1) ou Otto Baumgart (Vedaflex). Marca: Viapol Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	un.	350	26,00
15	Tinta asfáltica para concreto, alvenaria, metais e madeira, para proteção contra a umidade e águas agressivas (película impermeável). O produto não poderá transmitir cheiro nem gosto à água e aos alimentos no local onde será utilizado. Balde 18 litros. Marcas de referência: Viapol, Sika ou Otto Baumgart. Marca: Viapol Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	balde	8	119,00
16	Tinta esmalte sintético extrarrápido (secagem em 20 minutos) para madeiras, metais ferrosos, galvanizados e alumínio, cor branca. Galão de 3,6 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor ou Coral Premium. Marca: Nova Cor Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	gl.	6	68,00
17	Tinta esmalte sintético extrarrápido (secagem em 20 minutos) para Madeiras, metais ferrosos, galvanizados e alumínio, cor preto fosco. Galão de 3,6 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor ou Coral Premium. Marca: Nova Cor Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	gl.	12	78,00
18	Vaselina sólida industrial, embalagem contendo 450 gramas no mínimo. Marca: Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	un.	15	Não registrado
19	Verniz naval brilhante incolor, galão de 3,6 litros. Marcas de referência: Suvinil, Nova Cor ou Coral Premium. Marca: Nova Cor Fornecedora: CASA 10 UTILIDADES, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS LTDA - ME	gl.	4	52,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 2015.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

Edital nº 002/2015

A 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande /MS torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo na Rua da Paz, n.º 134, 1º andar – Campo Grande/MS – CEP: 79.002.190.

Procedimento Administrativo N.º MP: 09.2015.00000716-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Assunto: Buscar documentos e informações para a

propositura de medida judicial visando fiscalizar a atuação de curador do interditado.

Campo Grande, 24 de novembro de 2015.

ANDRÉ ANTÔNIO CAMARGO LORENZONI - Promotor de Justiça

Edital nº 06.2015.00000249-0

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n. 232, Bairro Itanhangá Park, CEP 79003-027, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 09.2015.00000249-0

Requerente: 42ª Promotoria de Justiça

Requerido: A Apurar

Objeto: Apurar eventuais irregularidades na tramitação da Concorrência nº 036/2014, que tem por objeto a “revisão do Plano Diretor de Campo Grande-MS”, bem como responsabilizações em caso de prejuízos à população e à municipalidade ante a morosidade do certame.

Campo Grande/MS, 25 de novembro de 2015.

FERNANDO MARTINS ZAUPA - Promotor de Justiça

Edital nº 09.2015.00000602-0

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n. 232, Bairro Itanhangá Park, CEP 79003-027, Campo Grande/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000602-0

Compromitente: Ministério Público Estadual

Compromissário: Município de Campo Grande

Objeto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do termo de ajustamento de conduta firmado entre as partes, nos autos de Procedimento Preparatório nº 015/2011.

Campo Grande/MS, 17 de novembro de 2015.

FERNANDO MARTINS ZAUPA - Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

Edital Nº 0005/2015

A 7ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 0005/2015, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Ministério Público Estadual, nesta cidade.

Inquérito Civil n. 0005/2015

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: “A apurar”

Assunto: Apurar eventual prática abusiva e irregularidades na prestação de serviço de táxi no Município de Três Lagoas-MS.

Três Lagoas/MS, 24 de novembro de 2015.

JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA – Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**BONITO****Edital nº 011/2015/1ªPJBTO.**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito/MS, que atua na área de Defesa do Patrimônio Público Social, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar, na Rua Lúcio Borralho, s/nº - Vila Donária, Edifício Próprio, em Bonito/Mato Grosso do Sul.

Inquérito Civil nº 011/2015/1ªPJBTO.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Rio do Peixe Empreendimento Ltda.

Assunto: Notícia eventual perigo de segurança dos turistas do rio do Peixe, devido ao rompimento de um cabo de aço.

Bonito/MS, 23/11/2015.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI - Promotor de Justiça

CHAPADÃO DO SUL**Edital nº 14/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Chapadão do Sul torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul nº 435, Bairro Parque União, nesta Comarca de Chapadão do Sul-MS.

Inquérito Civil nº 06.2015.00000234-5

Requerente: Ministério Público Estadual e Polícia Militar Ambiental

Requeridos: Residencial Rio da Prata Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Paviart Construtora e Incorporadora Ltda.

Assunto: Apurar dano ambiental no empreendimento denominado Loteamento Esplanada III, no município de Chapadão do Sul.

Chapadão do Sul – MS, 20 de novembro de 2015.

FERNANDA PROENÇA DE AZAMBUJA - Promotora de Justiça

CORUMBÁ**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente instrumento, celebrado nos autos de Inquérito Civil Público nº 025/2012 em trâmite nesta 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá, com fundamento no artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1984, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, neste ato representado pelo Promotor de Justiça titular da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá Luciano Bordignon Conte, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, e o **MUNICÍPIO DE LADÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Corumbá, nº 500, Centro, Ladário/MS, CNPJ nº 03.330.453/0001-74,, neste ato representada pelo Prefeito Municipal José Antônio Assad e Faria, CPF nº 108.166.311-15, doravante denominada **COMPROMITENTE**, celebram o presente **TERMO**

DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, conforme cláusulas a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMITENTE Município de Ladário neste ato reconhece as irregularidades nas doações de terrenos para a população, nos programas habitacionais executados a partir do ano de 2000, mais precisamente nos Bairros Alta Floresta I e II, diante do não cumprimento de todos os requisitos legais para o registro dos atos, como a prévia autorização legislativa de doação, falta de avaliação dos imóveis, e doação por instrumento inábil para o registro no Cartório de Registro de Imóveis (escritura pública).

CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMITENTE assume a **obrigação de fazer** consistente em, a partir da assinatura do presente TAC, para todas as alienações gratuitas (doação) ou onerosas, aforamentos, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos no âmbito do Município de Ladário, adotar o seguinte procedimento, em atenção ao disposto nos artigos 176, § 1º, da Lei nº 6.015/73 e art. 17, I, f, g e h, da Lei 8.666/93:

1. Formalização de processo administrativo, de acordo com as normas da Lei 8.666/93, com justificativa expressa do ordenador de despesas de qual é o interesse público de se proceder à doação;
2. Comprovação no processo administrativo de que os imóveis pertencem ao Município, com juntada de Certidão de Matrícula ou Transcrição atualizada, que atenda às disposições da Lei nº 6.015/1973.
3. Prévia avaliação do bem imóvel;
4. Prévia autorização legislativa de doação, com a localização e descrição exata dos imóveis a serem doados, os dados dos beneficiados com a doação, a finalidade a ser dada ao imóvel com a determinação dos deveres dos donatários, indicação do órgão público municipal responsável pela fiscalização do cumprimento dos deveres pelos beneficiados e apontamento das hipóteses de reversão do imóvel doado ao patrimônio público;
5. Adoção de critérios objetivos para escolha dos donatários;
6. Alienação mediante licitação na modalidade concorrência, se o caso não se enquadrar nas hipóteses de dispensa de licitação das alíneas f, g e h do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666/93;
7. Utilização de instrumento adequado para possibilitar o posterior registro no Cartório de Registro de Imóveis, a saber, Escritura Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: O COMPROMITENTE Município de Ladário comunicará o COMPROMISSÁRIO, doravante, da adoção das medidas contidas na Cláusula Segunda, para fins de fiscalização de cumprimento deste TAC, no prazo de 15 dias depois de instaurado o processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA: O presente Termo de Ajustamento de Conduta tem eficácia de título executivo extrajudicial conforme artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e artigo 585, inciso VIII, do Código de Processo Civil, de modo que seu descumprimento total ou parcial ensejará a propositura da respectiva ação executiva, sem prejuízo da responsabilização pessoal de seu signatário.

CLÁUSULA QUINTA: O descumprimento total ou parcial das Cláusulas Segunda e Terceira acarretará para o **COMPROMITENTE** o pagamento de multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada doação, alienação, aforamento, permissão de uso ou concessão de direito real de uso de bem imóvel, em descumprimento deste ajuste, a ser revertido para o Fundo de Defesa e de Reparação de Interesses Difusos e Coletivos, criado pela Lei Estadual nº 1.721, de 18 de dezembro de 1996, alterada pela Lei Estadual nº 2.112, de 1º de junho de 2000, ou outro Fundo indicado pelo Ministério Público Estadual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso o Ministério Público constate o descumprimento de alguma cláusula do presente ajuste, notificará imediatamente a **COMPROMITENTE** para que proceda à devida correção, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação. Escoado o prazo sem a devida regularização, a multa passará a ser computada na forma referida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A execução da pena de multa não exclui a possibilidade da propositura pelo Ministério Público de medidas judiciais de qualquer espécie visando assegurar o resultado prático equivalente da obrigação assumida, para o caso de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, bem como para a responsabilização pessoal das respectivas autoridades responsáveis.

E por estarem ajustados, o presente Termo de Ajustamento de Conduta às normas legais pertinentes vai assinado em três vias de igual teor e com validade plena.

Corumbá/MS, 24 de novembro de 2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL: Luciano Bordignon Conte, 5º Promotor de Justiça

PELO MUNICÍPIO DE LADÁRIO: José Antônio Assad e Faria, Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

João Carlos de Barros Ribeiro Dantas, Advogado Geral do Município.

Huanderson Salomão de Oliveira Borges, Assessor Jurídico do MP/MS

COXIM

Edital nº 041/2015

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Procedimento Preparatório nº 012/2015

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Comunidade Terapêutica Abraçando Vidas e Vigilância Sanitária de Coxim.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes na prestação de serviços e bens de consumo pela Comunidade Terapêutica Abraçando Vidas.

Coxim/MS, 24 de Novembro de 2015.

DANIELLA COSTA DA SILVA - Promotora de Justiça em Substituição Legal

Edital nº 033/2015

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS.

Inquérito Civil nº 33/2015

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda São Domingos do Rio Claro

Assunto: Apurar a suposta exploração de 81 (oitenta e uma) lascas, de espécies “angico preto e branco”, sem autorização do órgão ambiental competente, no imóvel rural Fazenda São Domingos do Rio Claro, tendo como autuado Evaldo Luiz Rigotti.

Coxim, 18 de novembro de 2015.

DANIELLA COSTA DA SILVA - Promotora de Justiça

Edital nº 040/2015

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração de Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador.

Procedimento Preparatório nº 011/2015

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades consistentes na contratação da empresa Givanildo Freitas Cia Ltda. - ME pela Prefeitura Municipal de Coxim através do Procedimento Administrativo 061/2015, tipo tomada de preço e improbidade administrativa daí decorrentes.

Coxim/MS, 25 de Novembro de 2015.

DANIELLA COSTA DA SILVA - Promotora de Justiça em Substituição Legal

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BANDEIRANTES

Edital n.º 61/2015

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bandeirantes/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n.º 054/2015, que ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Pedro Celestino, n.º 1.460, Centro, edifício do Fórum, em Bandeirantes/MS.

Requerente(s): Ministério Público Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido(s): João Queiroz Baird, Valter Rafael Pereira dos Santos e Reinaldo da Silva Vaz;

Assunto: Apurar possível ocorrência de propaganda

eleitoral antecipada e abuso de poder, praticados, em tese, por Valter Rafael Pereira dos Santos, Reinaldo da Silva Vaz e João Queiroz Baird.

Bandeirantes, 23 de novembro de 2015.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO – Promotor de Justiça em Substituição Legal

Edital n.º 60/2015

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bandeirantes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 053/2015, que ficará à disposição de eventuais interessados na Rua Pedro Celestino, n.º 1.460, Centro, edifício do Fórum, em Bandeirantes/MS.

Requerente(s): Ministério Público Estado de Mato Grosso do Sul;

Requerido(s): João Queiroz Baird e Albertino Nunes Ferreira;

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em processos licitatórios e contratos administrativos, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

Bandeirantes, 23 de novembro de 2015.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO – Promotor de Justiça em Substituição Legal

IGUATEMI

Edital n.º 009/2015

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Lenira Nogueira Lopes, 548, Centro.

Inquérito Civil n.º 009/2015

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Iguatemi

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa decorrente do uso de máquina (retroescavadeira) de propriedade do Município de Iguatemi em propriedade particular (Empresa Frango Belo).

Iguatemi, 01 de setembro 2015.

THIAGO BARBOSA DA SILVA – Promotor de Justiça

SONORA

Edital n.º 016/2015

A Promotoria de Justiça Do Patrimônio Público e Social da Comarca de Sonora torna pública a instauração de Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n.º 90 - Centro, em Sonora/MS.

Inquérito Civil n.º 06.2015.00000242-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Sonora

Assunto: Promover a regularização da vedação à prática de Nepotismo por parte do Município de Sonora, notadamente ante a nomeação da cônjugue do Prefeito Municipal ao cargo de Secretária da Assistência Social e Trabalho

Sonora/MS, 24 de novembro de 2015.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA

DOMP-MS

CASTRO - Promotora de Justiça

Nº MP: 01.2015.00001082-3
RECOMENDAÇÃO nº 001/2015

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio da Promotoria de Justiça de Sonora/MS, representado pela Promotora de Justiça subscritora, no uso das atribuições previstas no artigo 127 Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, inciso IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº 015/2007¹:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”²;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser

¹ Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

³ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVM, 2013, p. 49.

observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade significa que *“a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento”*⁴; enquanto o princípio da moralidade *“extraí-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)”*⁵, os quais são vilipendiados ao se permitir a contratação temporária, sem amparo legal, de forma banalizada e sucessiva, tornando-a flagrantemente ilegal;

CONSIDERANDO que o art. 37, II, da Carta Maior da República e o art. 27, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, por meio da Súmula Vinculante n. 13, estabelece que:

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”;

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, no parágrafo 7º, do artigo 27, regra:

§ 7º No âmbito de cada Poder do Estado bem como do Ministério Público Estadual, o cônjuge, o companheiro e o parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, de membros ou titulares de Poder e de dirigentes superiores de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, não poderão, a qualquer título, ocupar cargo em comissão ou função gratificada, esteja ou não o cargo ou a função relacionada a superior hierárquico que mantenha referida vinculação de parentesco ou afinidade, salvo se integrante do respectivo quadro de pessoal em virtude de concurso público de provas ou de provas e

títulos”.

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, em análise procedida no Processo n. 834.722 - Recurso Extraordinário - 27/08/2015, afirmou que a Súmula Vinculante nº. 13, que veda o nepotismo, também pode ser aplicada a ocupantes de cargos políticos;

CONSIDERANDO que, assim, em termos municipais, insere-se em referida vedação a nomeação de parentes para cargos de Secretários Municipais, podendo o responsável incorrer nas sanções previstas na [Lei de Improbidade Administrativa](#);

CONSIDERANDO que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com fiscal da lei e da ordem jurídica, deve verificar em cada Comarca a situação em tela e, assim, proceder ao levantamento de eventuais nomeações indevidas;

RECOMENDA ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Sonora-MS, Yuri Barbosa Peixoto Valeis, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ, para:

I – Regularizar a situação, cessando-se no prazo máximo de 15 (quinze) dias a ilegalidade constatada, diante da contratação da sua cônjuge para atuar como Secretária Municipal da Assistência Social, procedendo-se para tanto, à exoneração da Gerente de Assistência Social e Trabalho, Senhora Calinca Lazzarotto;

II - Informar a esta Promotoria de Justiça, no mesmo prazo, se cumpriu a recomendação e, em caso de afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos comprobatórios das ações realizadas;

III - O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

IV – Encaminhe-se, com remessa para a publicação cabível, o teor deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Sonora-MS;

V – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Sonora-MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo;

VI – Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

VII - Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retornem os autos conclusos.
Sonora - MS, 24 de novembro de 2015.

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO - Promotora de Justiça em Substituição Legal

4 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p.68

5 GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64